

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

JULIANA BERNAL LEME

**INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO:
CONTRIBUIÇÕES PARA DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA**

CAMPINAS

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

JULIANA BERNAL LEME

**INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO:
CONTRIBUIÇÕES PARA DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

302
L551i

Leme, Juliana Bernal

Interseccionalidade de raça/etnia, classe e gênero: contribuições para a descolonização da psicologia / Juliana Bernal Leme. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

120 f.: il.

Orientador: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

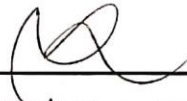
Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Psicologia crítica. 3. Interseccionalidade. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 302

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA
JULIANA BERNAL LEME
INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO:
CONTRIBUIÇÕES PARA DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA**

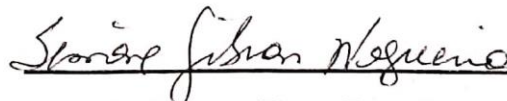
Dissertação defendida e aprovada em 05 de fevereiro de
2020 pela Comissão Examinadora



Profª Drª Raquel Souza Lobo Guzzo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas)
Orientador(a) da Dissertação e Presidente da Comissão
Examinadora



Profª Drª Vera Lucia Trevisan de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)



Profª Drª Simone Gibran Nogueira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os encontros que possibilitaram os escritos desta dissertação, fosse com contribuições reflexivas, afetivas, com recursos financeiros, sempre prontos a me oferecer alento nas maiores dificuldades.

Provavelmente serei injusta neste momento, porque demandariam páginas e páginas lembrando tantas pessoas importantes. Primeiramente, agradeço a minha mãe Claudia, a qual renunciou às próprias necessidades e desejos, não somente nestes dois anos, mas durante toda a minha vida, para me dar oportunidades das quais ela nunca desfrutou, muitas vezes, suportando dores e desprazeres colocando a mim e meu irmão como prioridade absoluta de sua vida, também por me mostrar a partir de suas próprias experiências a nunca depender de ninguém. Ao meu irmão por me fazer mais paciente no cuidado com o outro e porque me ajudou a lembrar que devemos nos manter unidos. Agradeço ao meu Pai, por me ensinar com seus caminhos tortos a ser mais forte e combativa.

À minha professora e orientadora Raquel Guzzo que respondeu às minhas ansiedades por uma Psicologia questionadora desde a graduação, responsável muitas vezes por me manter em pé, pela minha não desistência diversas vezes, quem me acompanhou nos momentos de crise, e me ensinou a maior parte e o mais importante do que sei sobre Psicologia, sobretudo, pelo exemplo de mulher. Quantas vezes te observei enquanto discursava e pensei que queria ser bem parecida com você.

À toda minha família, mas em especial à minha Tia Dudi, fez por mim o que faria pelos seus filhos, minha madrinha escolhida, sem ela eu não seria uma Psicóloga.

À Camila Lacerda minha irmã de vida, minha maior identificação, suporte para todas as horas, alegria nos momentos de tristeza, o verdadeiro significado de amor aprendi com você.

À Mariana Lemos, minha referência, minha irmã também, pela abertura de portas acadêmicas, profissionais e de lutas, sem ela eu sequer teria dimensão dos lugares que poderia alcançar.

Ao Allan Vieira, meu melhor amigo, meu companheiro de todas as horas, obrigada pelas lágrimas e pelos enfrentamentos conjuntos, nunca vivi tão intensamente a vida com alguém, em todos os âmbitos, se muitas vezes me levantei é porque você estava lá. Ao outro Allan da minha vida, agradeço pelos compartilhamentos, pelas risadas, pelas conversas profundas e pelos exemplos de disciplina.

Ao GEP-InPsi, mais do que um grupo de pesquisa, uma estufa de reflexões e sonhos. Tamiris, Mariana Feldmann, Laura, Helena, Carol, Simone, Eduardo, Flavia, Jacqueline, Lucian e Soraia, para cada um de vocês poderia escrever uma página de diferentes qualidades, apoios e aprendizados que me transmitiram em momentos diferentes. Laura, Tamiris e Mariana Feldmann, meu amor por vocês se estende para muito além da academia, obrigada por tudo que vivemos, por cada palavra e pelos esforços dirigidos a mim.

Por último, mas talvez as maiores responsáveis pela Psicóloga, militante e mulher que me tornei, agradeço às Promotoras Legais Populares. Todos os lugares que cheguei, partem e levam até vocês, verdadeiras produtoras de conhecimento transformador, mulheres de ação coletiva, meu pensar e agir foi orientado também por vocês. Especialmente à Magali Mendes, não têm palavras que signifiquem meus agradecimentos à você, acolheu meu choro ao mesmo tempo me ensinou como transformá-lo em luta, quão incrível e potente você é, visionária! Estou sempre atenta aos seus movimentos porque se um dia for um terço do que você se tornou já me contento. Você é a personificação da sororidade crítica.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela oportunidade, à Maria Amélia por fazer o possível e o impossível pelas alunas e alunos do programa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quantidade de produções por área encontradas na etapa de busca geral pelo termo <i>interseccionalidade</i>	84
Figura 2. Produções com maior ênfase para questões étnico-raciais, feministas ou em gênero.	86
Figura 3. Gráfico de distribuição das produções ao longo dos anos na etapa de busca geral pelo termo <i>interseccionalidade</i>	88
Figura 4. Gráfico distribuição de produções por tipo de pesquisa na etapa de busca geral pelo termo <i>interseccionalidade</i>	89
Figura 5. Gráfico de distribuição das produções ao longo dos anos na etapa de busca pela relação <i>Psicologia e interseccionalidade</i>	91
Figura 6. Produções por área encontradas na etapa de busca <i>Psicologia e interseccionalidade</i>	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.. Quantidade bruta de artigos encontrados em cada base de dados.	65
Tabela 2. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados SCIELO: Descritor interseccionalidade.	66
Tabela 3. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados SCIELO: Interseccionalidade com filtro para Psicologia.....	74
Tabela 4. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados BVS-PSI: Descritor interseccionalidade.	76
Tabela 5. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados BVS-PSI: Descritor interseccionalidade com filtro para Psicologia.	77
Tabela 6. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados Lilacs: Descritor interseccionalidade.	78
Tabela 7. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados Lilacs: Descritor interseccionalidade com filtro para Psicologia.	83
Tabela 8. Protocolo de análise: leitura completa de artigos com base no roteiro de leitura...	101

RESUMO

Leme, Juliana Bernal. *Interseccionalidade de Raça/Etnia, Classe e Gênero: Contribuições para a Descolonização da Psicologia*. 2020. 116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

Há uma série de investigações, as quais denotam a inseparabilidade das análises de raça, classe e gênero para a compreensão de muitos aspectos da realidade. O conceito de interseccionalidade foi apresentado como chave para traduzir estas relações. Esta dissertação tem o objetivo de avaliar a relação específica da Psicologia com o conceito de interseccionalidade a partir de postulados da Psicologia Crítica e da Psicologia Social, aliada a uma perspectiva descolonial de interseccionalidade. Para tanto, foi feito um levantamento sistemático da literatura em três bases de dados, com a utilização de um roteiro de leitura e tendo como fundamento o materialismo histórico e dialético, já que os resultados podem ser explicitados à luz da realidade material, portanto, pela história, pela realidade política e pelas relações dinâmicas entre o objeto e o contexto social. Os resultados evidenciaram que há um extremo crescimento da utilização do mesmo e que a Psicologia é uma das disciplinas que mais tem se utilizado da proposta, avaliado como o reconhecimento da necessidade de investigação sobre a imbricação destas categorias nas experiências dos indivíduos. Contudo, algumas problemáticas como a despolitização, a neutralização e a falta de delineamento sobre o que é a interseccionalidade e como interseccionar categorias de raça/classe e gênero, assim como, sobre o abandono de uma perspectiva feminista, antirracista e anticapitalista foram constatadas.

Palavras-chave: Psicologia Social; Psicologia Crítica; interseccionalidade; descolonização.

ABSTRACT

Leme, Juliana Bernal. *Interseccionalidade Raça/Etnicidade, Classe e Gênero: Contribuições à Decolonização da Psicologia*. 2020. 116f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

There are a number of investigations, which denote the inseparability of race, class and gender analyzes to understand many aspects of reality. The concept of intersectionality has been presented as a key to translating these relationships. This dissertation aims to evaluate the specific relationship of Psychology with the concept of intersectionality from the postulates of Critical Psychology and Social Psychology, combined with a decolonial perspective of intersectionality. For this, a systematic literature survey was made in three databases, using a reading script and based on historical and dialectical materialism, since the results can be explained in the light of material reality, therefore, by history, by the political reality and by the dynamic relations between the object and the social context. The results showed that there is an extreme growth of its use and that Psychology is one of the most used disciplines of the proposal, evaluated as the recognition of the need to recognize the imbrication of these categories in the experiences of individuals. depoliticization, neutralization and lack of delineation of what intersectionality is and how to intersect categories of race / class and gender, as well as abandoning a feminist, anti-racist and anti-capitalist perspective have been found.

Keywords: Social Psychology; Critical Psychology; interseccionalidade; decolonization.

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA	11
OBJETIVOS	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1. COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER	17
1.1. Colonialidade do gênero e a necessidade de descolonização.....	24
2. TRAJETOS ATÉ A INTERSECCIONALIDADE	26
2.1. Ondas no movimento feminista.....	27
2.2. Epistemologias feministas.....	34
2.3. A interseccionalidade	37
3. POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA E A INTERSECCIONALIDADE: NECESSIDADE DE CRÍTICA E DE DESCOLONIZAÇÃO.....	44
3.1. Psicologia e feminismo	45
3.2. Psicologia raça, classe e gênero: a interseccionalidade.....	49
3.3. A Psicologia Crítica e a Descolonização.....	52
ESTRUTURA METODOLÓGICA	54
1. FUNDAMENTOS DO MÉTODO	54
2. MÉTODO	55
3. OS PASSOS DO MÉTODO	58
RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
1. INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS.....	63
2. PSICOLOGIA E A RELAÇÃO COM A INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS	91

3. A PRESENÇA DA INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS E NA PSICOLOGIA: TEMÁTICAS ABORDADAS E A UTILIZAÇÃO DO TERMO.	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116

JUSTIFICATIVA

O surgimento de um tema de pesquisa e as delineações surgidas a partir dele podem ser ilustradas quando observada a trajetória pessoal e acadêmica do próprio pesquisador. Deste modo, exponho aqui o cenário sobre qual o desejo e a necessidade desta investigação configuraram-se. Não há uma linearidade cronológica muito bem estabelecida entre os fatos ocorridos, mas sim, pontos marcantes que se entrecruzaram e acabaram convergindo durante os diversos caminhos percorridos.

Devido à experiência pessoal de desenvolver-me em um ambiente submetido à violência doméstica – a qual nem sempre soube nomear, sequer compreender suas origens ou impacto desta sobre minha estrutura psíquica – direcionei-me à conquista de uma bolsa em uma universidade privada, pois este espaço apresentava-se a mim como uma oportunidade de enfrentamento individual às vulnerabilidades as quais minha família estava exposta. Surge então o impulso de dedicar-me a uma profissão voltada a apresentar respostas e intervir sobre o sofrimento das pessoas.

Contudo, pouco tempo de graduação foi suficiente para iniciar a percepção sobre o recorrente afastamento da Psicologia tradicional das problemáticas que acometem a maioria da população brasileira. Mais tarde, compreendi o sentido ideológico da ferramenta da Psicologia, desde o seu surgimento não só no Brasil, mas no mundo, conforme diz Parker (2014). Apesar dos breves estudos dedicados à compreensão do fenômeno da violência na sociedade, em apenas uma disciplina, nunca foi objetivo de nenhuma delas, durante os cinco anos, a temática da violência de gênero, sequer a categoria de gênero. Haja vista que, segundo o Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015), a taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo, praticada principalmente por familiares das vítimas, portanto é no mínimo irresponsável não preparar os discentes para o confronto com estas questões em todos os campos profissionais. Sendo assim, estudamos um fenômeno – a violência –

descontextualizado, generalizado, dificultando a análise e o enfrentamento das raízes mais profundas que o produzem em seus diversos formatos.

A partir do questionamento a esta realidade, também maior aprofundamento acerca de alguns pressupostos teóricos e sobre a prática profissional, paulatinamente, pude conceber a diferenciação entre uma psicologia contra-hegemônica e a psicologia hegemônica, a qual valorizava, e ainda hoje valoriza, a racionalidade acerca de indivíduos, focando aspectos internos de seu funcionamento psíquico de forma descontextualizada e sob a ação de um modelo biomédico (Jacó-Vilela, Degani-Carneiro & Oliveira, 2016). Isto só foi possível devido a minha inserção em três projetos de Iniciação Científica¹, dentro do grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: prevenção, comunidade e libertação”, do programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas, no qual acessei leituras e discussões provindas de outro lugar histórico-político de construção da ciência psicológica, o qual rompe explicitamente com a posição intencionalmente conservadora da mesma.

Simultaneamente a este processo participei ativamente, desde os primeiros anos da graduação, do movimento feminista periférico chamado nacionalmente de Promotoras Legais Populares, especificamente em Campinas, Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra de Campinas e Região, dentro do qual percebi o quanto as formas de violência atingem as mulheres, gerando sofrimentos diferenciados dependendo do lugar social ocupado por elas. O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) registrou o aumento de 54% no número de assassinatos de mulheres negras nos últimos 10 anos, enquanto no mesmo período houve uma queda de 9,8% no assassinato de mulheres brancas. Nesse sentido, constato que não basta uma

¹ Brito, B.L.; Leme, J.B. & Guzzo, R.S.L. (2014) *Consciência e ação diante da violência: um contraponto entre a visão de professores e alunos*. Relatório de Iniciação Científica, PUC-Campinas.

Leme, J.B. & Guzzo, R.S.L. (2016) *A ação consequente à violência: encaminhamentos institucionais e individuais*. Relatório de Iniciação Científica, PUC-Campinas.

J.B. & Guzzo, R.S.L. (2017) *Caminhos da Psicologia como contribuição para questões dos povos indígenas em territórios brasileiros*. Relatório de Iniciação Científica, PUC-Campinas.

análise de gênero para compreender as estruturas opressivas que estão por trás das violências contra as mulheres.

Martin-Baró (1996), nesta mesma perspectiva, já havia anunciado que as definições genéricas provenientes da psicologia produzida fora do contexto latino-americano trazem uma compreensão, muitas vezes insuficiente ou que mal interpretam a realidade, que os nossos povos enfrentam, sendo estas inadequadas para captar sua especificidade social e cultural, imersa em uma situação estrutural de injustiça, dependência econômica e em processos de confrontação revolucionária.

As inquietudes geradas a partir da busca por respostas ao contexto anunciado acima, levaram-me à consciência de que a psicologia precisa oferecer fundamentos e indicadores, os quais contribuam para o planejamento de ações desde a prática profissional em campo até a contribuição para a defesa da criação de Políticas Públicas que respaldem as intervenções, acima de tudo, que ofereça respostas as quais apontem para outro projeto de sociedade.

OBJETIVOS

Podemos afirmar que há uma séria de investigações, as quais denotam a inseparabilidade das análises de raça, classe e gênero para a compreensão de muitos aspectos da realidade (Crenshaw, 1989, 2004; Saffioti, 1997; Maldonado-Torres, 2007; Segato, 2007; Espinosa-Miñoso, 2014; Lugones, 2014; Schucman, 2014; Silveira, Nardi & Spindler, 2014; Bernardino-Costa, 2015; Davis, 2016; Collins, 2017; Mountian, 2017; Nogueira, 2017; Xavier & Rocha, 2017; Akotirene, 2018). Principalmente, tendo em vista a formação de um continente como a América-Latina e país como o Brasil, fruto de um processo de colonização. No entanto, há críticas que o conceito de interseccionalidade, dependendo de seu uso, possa neutralizar, despolitizar e descontextualizar raça, classe e gênero (Davis, 2018). Assim como há apontamentos sobre como devemos considerar a existência de relações contraditórias entre as categorias e dentro de cada uma delas (Crenshaw, 1989; Saffioti, 2011).

Nesse sentido a literatura alerta para o risco de incorrer em dualismos reducionistas, em uma globalização das mesmas ou na possibilidade de considerá-las estáticas (Segato, 2007; Saffioti, 2011). No entanto o termo interseccionalidade nasce a partir da reflexão da importância da imbricação destas categorias – as quais não poderiam ser separadas - na produção de experiências vivenciadas por mulheres negras (Crenshaw, 1989), assim como há estudos que analisam as relações entre as categorias pensando a constituição psíquica de sujeitos brancos (Schucman, 2012, 2014). Portanto, raça, classe e gênero, estão articuladas nas experiências cotidianas e a experiência cotidiana impacta a constituição dos sujeitos (Schraube & Hojholt, 2016).

Temos então, como intuito deste trabalho, analisar como tem sido utilizado o termo interseccionalidade no Brasil e nas produções da Psicologia, tendo em vista explorar se a Psicologia tem utilizado o termo interseccionalidade, e se sim, de quais formas.

Objetivo Geral

Analisar o modo como a psicologia tem tratado o termo interseccionalidade no Brasil.

Objetivo específico

- Identificar o termo interseccionalidade na produção da Psicologia brasileira.
- Localizar temporalmente, as produções identificando também principais fundamentos das quais elas se utilizam no tratamento do tema, assim como principais objetivos, métodos e resultados.
- Analisar relações e/ou possíveis lacunas da utilização do conceito de interseccionalidade dentro da Psicologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho está estruturada em três eixos. O primeiro **1) Colonialidade do poder, do saber e do ser**, busca apresentar como a formação da América, a partir da colonização, deu início a uma nova organização político-geográfica e social excepcional até aquele momento histórico, assim como foi necessária a criação de um arcabouço teórico que justificasse as novas formas de dominação e exploração da força de trabalho. O intuito principal é desvelar como a influência da construção de argumentos científicos para executar um projeto sistêmico globalizado, de caráter econômico, mas também segregacionista, continua perpetuando a dinâmica colonizadora nos estudos de gênero, servindo como ferramenta de manutenção de desigualdades; o segundo **2) Trajetos até a interseccionalidade**, pretende apresentar brevemente alguns movimentos históricos e epistemologias feministas objetivando compreender mais à frente quais as possíveis incorporações das mesmas nos aportes teóricos da Psicologia; e o último **3) Possíveis diálogos entre a psicologia e a interseccionalidade: necessidade de descolonização**, abordará algumas perspectivas da Psicologia, as quais podem traçar um diálogo com a interseccionalidade.

1. COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER

Para compreender as raízes do processo que culminou no que hoje concebemos como a globalização, Quijano (2005) descreve elementos usados para justificar a consolidação do capitalismo colonial/moderno, os quais afetaram e afetam a vida cotidiana da população mundial.

A constituição da América por meio da dominação colonial iniciada por Espanhóis e Portugueses foi o primeiro espaço/tempo de estruturação de um *padrão de poder mundial* (Dussel, 2005; Quijano, 2005). Para tanto, foi fundamental a classificação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça. Esta ideia, inaugurou um modelo de pensamento que avaliava e avalia diferenças e características fenotípicas como diferenças biológicas e morais, situando o grupo *brancos* em um lugar de superioridade, supostamente natural, em relação a grupos de não-brancos. As relações sociais forjadas no âmbito da racionalidade colonial construíram identidades sociais historicamente novas até aquele período: índios, negros e mestiços.

Eram diversos os povos indígenas, e foram diversas etnias traficadas para o trabalho forçado, assim como não existia homogeneidade entre *brancos* (diferenciavam-se pela organização social, geográfica, religiosa, cultural e etc.). Nem Europa, nem América possuíam espaços reconhecidos geograficamente da forma como o são na atualidade, após a globalização do *padrão de poder*, o qual retrataremos neste texto (Dussel, 2005; Quijano, 2005). A Europa *moderna*, ocidental era, até então, território dos denominados “bárbaros”, nesse sentido, o processo histórico unilinear que articula Grécia-Roma-Europa é uma invenção ideológica manipulada conceitualmente por teorias racistas. África e Ásia antes do início das colonizações abarcavam as culturas mais desenvolvidas (Dussel, 2005). Haja vista que as ideias acerca do racional-científico, da novidade, do avançado estão associadas à noção de modernidade, não há como negar ser um fenômeno expresso em outras partes do mundo,

como nas chamadas *altas culturas*, Maia-Asteca, Índia, China, Egito, entre outras. Abarcavam palácios, pirâmides, tecnologias como de irrigação, matemáticas, filosofia, agropecuária, calendários, além de conteúdos simbólicos como arte e etc.

Convergingo com a classificação racial da população, tais novas identidades foram hierarquicamente associadas a lugares e papéis sociais correspondentes, dando legitimidade às relações de dominação. Neste contexto todas as formas de controle e exploração do trabalho, da produção, apropriação e distribuição de produtos se articularam em torno do capital, do mercado mundial e da classificação racial da população mundial. Isto significou incluir no mesmo tempo histórico, e não em cadeia sequencial, a servidão, o salário, a produção mercantil, a reciprocidade, a escravidão, existindo, simultaneamente, com fins de produção para atender o mercado mundial e gerar capital (Quijano, 2005)

Os indígenas, durante o primeiro período da colonização, foram usados como mão-de-obra descartável, e muitos deles foram confinados na estrutura de trabalho da servidão, em algumas comunidades a reciprocidade foi mantida. No que se refere às diversas etnias africanas, foram traficadas e escravizadas. Esta distribuição racista do trabalho permitiu que apenas pessoas brancas pudessem ser associadas ao trabalho assalariado e com os postos de mando da administração colonial – neste caso apenas brancos nobres – com raras exceções. Conseqüentemente, controlar uma forma de trabalho significava controlar um grupo de pessoas. Este novo *padrão de poder* criado na América expandiu-se para o resto do mundo e ainda hoje persiste nas estruturas sociais das sociedades ocidentais modernas (Quijano, 2005).

No Brasil, as estatísticas atuais confirmam que as populações negras e indígenas apresentam maior índice de mortalidade, menor acesso a serviços de saúde, menor expectativa de vida e maior índice de analfabetismo do que as populações brancas (Maldonado-Torres, 2007). Sobre esta questão, Schucman (2012) afirma ser a *raça* uma categoria sociológica indispensável para a percepção das relações sociais cotidianas, no que concerne à experiência

tanto local, como também nacional e global. Ainda neste aspecto, segundo a mesma, o fato do preconceito e discriminação racial marcarem apenas a população não branca, está diretamente associado aos privilégios raciais da mesma. Essa não está só favorecida dentro da estrutura racializada como também é produtora ativa da mesma, por meio da utilização direta do aparato discriminatório e da produção de um discurso, o qual valoriza o branqueamento e propaga a democracia racial, acabando por invisibilizar o racismo.

O controle do trabalho gratuito de pessoas negras, indígenas e mestiços, o acúmulo de prata, ouro e mercadorias produzidas pela exploração dos mesmos, assim como a conveniente localização no oceano Atlântico, a qual possibilitou a distribuição das mercadorias, a crescente monetarização do mercado proporcionada pelos metais preciosos, permitiu aos então colonizadores *brancos*, o controle da rede de intercâmbio comercial entre Índia, Egito, Ceilão, Síria e o que viriam a ser Oriente Médio e Extremo. Isto tudo, somado à posterior expansão da dominação colonial sobre as outras populações fora da América, a influência deste processo na urbanização das sedes do tráfico comercial, gerou uma nova identidade geocultural (Europa) e o eurocentramento do capitalismo/colonial/moderno mundial (Quijano, 2005).

O *padrão de poder* citado é chamado pela perspectiva dos estudos da colonialidade de *colonialidade do poder*. No entanto, para sustentá-lo foi de suma importância a construção de teorias embasadas pelas epistemologias eurocêntricas, as quais são mantidas até a atualidade, que nos impõem a ótica de mundo europeia em detrimento das visões de mundo próprias da realidade na qual vivemos. Em outras palavras, a *colonialidade do saber* impede que consideremos a pluralidade epistêmica que abrange todo o patrimônio da humanidade sobre a vida, já que as formas de pensar o mundo e os sujeitos são distintas (Porto-Gonçalves, 2005; Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007, 2008).

Além da apropriação material de recursos, a colonização permitiu a incorporação de histórias e culturas heterogêneas, as quais foram articuladas a um único mundo submetido à Europa, como consequência, não só histórias e culturas, mas recursos e produtos desta cultura e as experiências cotidianas foram compreendidas dentro desta ordem cultural global. Portanto, sob a hegemonia europeia passaram a estar o controle da produção do conhecimento e das formas de subjetividade e intersubjetividade. Sobre este aspecto, Quijano (2005) ressalta:

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que estavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (Quijano, 2005, p.121).

Nesta perspectiva, uma linha unidirecional foi traçada e os povos colonizados re-situados no passado, enquanto na ponta oposta da linha cronológica estariam europeus representando a modernidade e a racionalidade. Para tanto, um conjunto de novos códigos foram organizados em uma interpretação binária e dualista do conhecimento, tais como primitivo-civilizado, irracional-racional, oriente-ocidente, tradicional-moderno, mais tarde esses códigos constituiriam também as categorias desenvolvimento-subdesenvolvimento. Outra questão é que estas diferenças foram reconhecidas como diferenças de natureza racial e não de construção de poder. Ainda na discussão sobre a dualidade – um dos eixos fundamentais do eurocentrismo, – Quijano (2005) discorre sobre como ela está estreitamente ligada com as relações entre o que o autor menciona como o corpo e não-corpo, e as relações de raça e gênero. Para ele, a construção das sucessivas fragmentações da noção de ser humano, configura a lógica do eurocentrismo com influências também do cristianismo, o qual

primeiramente criou a precedência da “alma” sobre o “corpo”, depois aprimorou-se sistematicamente com a elaboração de Descartes (1639-1650) da radical separação entre razão/sujeito e corpo. Há uma influência desta forma de pensar sobre a repressão a alguns corpos, a exploração do corpo para o trabalho ou como objeto de estudo - como foram utilizados os corpos de negros, negras e indígenas - pois, a partir dessa, há corpos considerados providos de humanidade e corpos mais próximos do estado de natureza, ou sem racionalidade. Da mesma forma os próprios recursos naturais foram objetificados, tornados passíveis de exploração extrema.

Neste aspecto, Mignolo (2005) ressalta como a formação do imaginário do sistema-mundo moderno colonial implicou longo processo de idealização do “interior” deste imaginário, assim como, de sua “exterioridade”. Ao citar a concepção de Glissant (1997) o autor define como imaginário a construção simbólica pela qual um grupo - seja racial, imperial, nacional ou sexual – se define. Nesse sentido, foi fundamental delinear quem era o “interno” no ocidente e quem eram os “externos internos”, porque diz de uma exterioridade, a qual não está completamente fora e contribui para a definição do próprio “interno”, portanto, são nestas relações que ambos se constituem. Por conseguinte, Mignolo (2005) apresenta a sua perspectiva da *diferença* articulada em torno do eixo da *colonialidade do poder*, que para ele se trata de uma *diferença colonial*, a diferença e o diferente pautada em aspectos coloniais.

Próximo ao seu ponto de vista, pois também está fundamentada na perspectiva da colonialidade, Segato (2007) indica que para a consolidação de um Estado-Nação e sua correspondente sociedade nacional é necessário um esforço de homogeneização das formas de ser e pensar, contudo, há sempre fraturas neste processo, pois como já apresentamos neste texto, as heterogeneidades continuam presentes. A autora menciona como *formações nacionais de alteridade* estas fraturas constituídas dentro das histórias nacionais, segundo a qual os grupos sociais forjados como o *outro* dentro da formação específica da história de

cada sociedade nacional são expressões das mesmas. Em vista disso, as *formações nacionais de alteridade* não podem, simplesmente, ser transplantadas a outros contextos nacionais, pois podemos incorrer no erro de impor-lhes dimensões inadequadas da construção da diferença em um lugar específico, com questões específicas e uma história específica e/ou acabando por globalizar ou universalizar novamente, com categorizações vazias, apolíticas e a-históricas. Sinteticamente, “...é por meio do horizonte de sentido da nação e sua história que se percebem as construções da diferença.” (Segato, 2007, p. 47, tradução livre).

Quando Segato (2007) constrói a teorização da diferença nesse sentido, apresenta uma crítica às epistêmes pós-modernas, pós-coloniais e a ideia de multiculturalismo propagada nas mesmas, primeiro porque em sua perspectiva a colonialidade não foi superada, ainda está em curso, para tanto, os fundamentos da modernidade também seguem presentes na atualidade. Segundo porque acredita que, como consequência de eventos como a queda do muro de Berlim e a crescente influência global no pressionamento sobre os moldes da atividade política, houve um recorrente abandono da crítica ao sistema capitalista, nos discursos teóricos e políticos. Dessa forma, uma politização das identidades ganhou espaço das reivindicações baseadas em uma estrutura de exploração e dominação econômica. Algumas perspectivas, de acordo com a autora, deixaram de estabelecer os nexos necessários entre raça e exploração, difundindo o multiculturalismo globalizado.

As relações de dominação e exploração estão vinculadas, reforçando-se mutuamente, portanto, no mundo moderno ou Terceiro Mundo, os grupos não são apenas inferiorizados por serem pobres, mas foram empobrecidos por serem considerados naturalmente inferiores, desta forma, povos racializados de forma negativa tendem a enfrentar a miséria e a pobreza de forma mais profunda, enquanto populações pobres marcadas racialmente de forma positiva (como brancos pobres) têm mais aceitação como parte da sociedade nacional, muitas vezes

tendo mais recursos e oportunidades de enfrentamento desta condição (Maldonado-Torres, 2007).

Para Segato (2007), há uma captura de formas de ser *outro* por identidades globais, para fins de reprodução do sistema capitalista, com características imperialistas, porque esvaziam categorias como *mulheres, negros, indígenas*, da radicalidade de suas diferenças com relação aos valores que sustentam a civilização ocidental, tais como de acumulação e desenvolvimento tecnológico indiscriminados, o individualismo e a perda dos vínculos comunitários, a exaltação da lógica de mercado e consumo. Afirmar a radicalidade da diferença do *outro* seria afirmar outros projetos de mundo, a impossibilidade da concentração ilimitada de bens, a concepção de autoridade ou liderança a serviço e dever para com a comunidade e não como poder sobre ela, como afirmação de outros modos de existência, de entender a justiça, a economia e a relação com a natureza por exemplo. Sobre este ponto de vista a autora destaca:

A defesa de um mundo radicalmente plural se afirma aqui em oposição a uma visão da diversidade como mera variedade de rótulos ou *logos* de identidade destinados à reivindicação por inclusão a um mundo regulado por premissas e valores já constituídos e incontestáveis (Segato, 2007, p.17, tradução livre).

Sobre a defesa de outros modos de existência, Maldonado-Torres (2007) compartilha do pensamento de que alguns humanos são vistos com menos possibilidade de ser do que outros, porque a ontologia colonial propõe a homogeneidade do ser. Segundo o autor, o caráter ontológico do racismo é a *colonialidade do ser*, termo proposto inicialmente - de acordo com o mesmo - por Mignolo (1995).

Haja vista a exposição geral neste texto de elementos como a *colonialidade do poder*, a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*, seguiremos apresentando a concepção de gênero elaborada tendo como base a colonialidade, em seguida, brevemente a proposta de descolonização.

1.1. Colonialidade do gênero e a necessidade de descolonização

Para a argumentação do que chamamos de *colonialidade do gênero* abordaremos a concepção de Lugones (2014) acerca do mesmo. A autora reafirma que sob a égide da dualidade - uma dualidade hierárquica -, está a o pensamento colonial/moderno e capitalista sobre gênero, raça e sexualidade.

A lógica dicotômica entre o humano e não-humano, entre o corpo e não-corpo, como já discutido neste eixo, é central para a modernidade colonial segundo os estudos da autora, desta forma ela transcende as tradicionais análises do feminismo sobre gênero, quando afirma que no caso das mulheres de cor (indígenas, negras) colonizadas, inicialmente sequer podemos discutir a categoria *mulher*, já que apenas seres humanos considerados civilizados poderiam ser *homens* ou *mulheres*. As/os africanas escravizadas/os e indígenas da América eram considerados selvagens, animalizados e hipersexualizados. Eram então, as condutas das/dos colonizadas/os julgadas como promíscuas, pecaminosas, desta forma não gendradas, principalmente sob a ótica da missão civilizatória do cristianismo. Estar fora da normativa de homem e mulher branco, burguês, civilizado, cristão e heterossexual tornava-os machos e fêmeas, os quais necessitavam e poderiam ser controlados.

Novamente Lugones (2014) inova ao apresentar que a relação clássica descrita pelo feminismo, na qual o gênero é a construção social do feminino pautada no sexo biológico - apesar de visões mais contemporâneas discordarem deste posicionamento -, na caracterização de colonizadas/os, sexo foi concebido isoladamente. Legitimando, portanto, o acesso indiscriminado aos corpos, expresso na violação sexual, controle da reprodução, outras formas de violência e exploração do trabalho. A autora caracteriza como a imposição do sistema moderno colonial de gênero a normatividade do gênero conectada à civilidade, isto aconteceu por meio do apagamento dos saberes e relações com a terra, o apagamento das

práticas comunitárias ecológicas, da memória acerca das noções de si, da relação com o mundo espiritual, com a cosmologia, com a organização social dos mesmos, enfim, não apenas na transformação de práticas sexuais e reprodutivas. Por conseguinte, o sistema de gênero é hierárquico, racialmente diferenciado e a diferenciação racial negou humanidade às/aos colonizadas/os.

Contudo, o processo de imposição do sistema colonial/moderno não foi completamente exitoso, as fraturas são permanentes e nelas consiste o tensionamento entre as partes, por isto a herança da dominação é a constituição de uma subjetividade que se percebe duplamente, dentro do conflito, pois forma-se em relação ao “outro mundo”, o qual o subalterniza (Mignolo, 2005; Lugones, 2014). Desta forma, a internalização do homem/mulher civilizado, normativo, pertencente à sociedade nacional, necessita ser frequentemente renovada pelos mecanismos da colonialidade, atual capitalismo/colonial/moderno e seus agentes (Lugones, 2014).

Em seu estudo sobre gênero e colonialidade, Segato (2011) difere em alguns pontos da análise de Lugones (2014). Baseada em documentos históricos e etnográficos, afirma existir uma organização patriarcal em sociedades indígenas e afro-americanas pré-intrusão colonial, a qual nomeia de patriarcado de baixa intensidade, todavia uma organização diferente da de gênero ocidental. Os documentos expõem a estrutura de diferenciação próximas às relações que chamamos de gênero na modernidade, com hierarquias entre masculinidade e feminilidade, mas também práticas transgêneras, uniões homossexuais, entre outras transitividades de gênero as quais foram suprimidas pela normatividade de gênero imposta pela colonial/modernidade. No entanto, o que antes era hierárquico, tornou-se o patriarcado super-hierárquico e letal, capturado e reorganizado para reproduzir a colonial/modernidade, por meio da ação de três fatores, os quais a mesma apresenta como: a superinflação dos

homens em seu papel com o mundo exterior dos homens brancos, a superinflação da esfera pública e a privatização da esfera doméstica.

Se a colonialidade atinge diversos aspectos da vida - seja pelas relações de poder imperativas à lei, ao corpo, ao trabalho, à expropriação cultural e da terra, à imposição da propriedade privada -, sua lógica também é questionada e combatida por pessoas e grupos, dos quais as relações com o mundo não seguem totalmente a ordem do capital, descolonizar o gênero significa fundamentalmente uma práxis. Ao mesmo tempo em que se constrói a crítica à dominação de gênero racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada, busca-se uma transformação da sociedade e das estruturas.

2. TRAJETOS ATÉ A INTERSECCIONALIDADE

Impossível seria apreender neste texto toda a variedade da luta das mulheres durante os séculos, pois são muitas as perspectivas, lugares, aos quais as mesmas estão relacionadas e produziram posicionamentos que se diferenciam em consequência das realidades enfrentadas. No entanto, pretendo mostrar como se deu o processo, o qual antecedeu a proposição do termo interseccionalidade dentro do feminismo.

Apesar de serem muitas as autoras desta trajetória, as quais possuíam lentes de interpretação do mundo profundamente influenciadas pelos lugares econômico, racial, social, geracional, geográfico, sexual entre outros, os quais ocupavam e constituíam como mulheres, os feminismos são movimento sociais e políticos que apesar de sua heterogeneidade, partilham o objetivo comum de libertação das mulheres, a partir da conquista de direitos, assim como do alcance do lugar de sujeito ativo na sociedade, na ciência e na política (Muniz, 2015).

É, sobretudo, uma filosofia universal, a qual desvela a existência de uma opressão que atinge todas as mulheres, expressa a nível das estruturas e das superestruturas, como ideologia, cultura e política; porém assume formas diferenciadas de acordo com as classes sociais, grupos étnicos e culturas. Contudo, é mais do que isto, se apresenta como um movimento político no qual as relações de poder e a exploração de grupos de pessoas sobre outras são questionadas e enfrentadas (Teles, 2017).

Compreendemos opressão em seu amplo aspecto, como defendeu Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*, sobre a qual o autor afirma que, enquanto os sujeitos refletem sobre uma antiga questão do ponto de vista axiológico, no caso, a humanização, outra questão necessária emerge, o problema da desumanização, não simplesmente como viabilidade ontológica, mas como constatação histórica. Podemos apontar, portanto, que oprimir é construir mecanismos ontológicos, epistemológicos, sobretudo, históricos, de desumanização de alguns grupos, inclusive, utilizando dos mesmos para exploração desses grupos.

Assim como afirma Nogueira (2017), é difícil e reducionista definir e localizar as diferentes teorias e movimentos feministas, mas é necessário usar algumas destas classificações para melhor organizar o conhecimento produzido. Desta forma, escolhemos no presente texto, assim como fez a autora em seu livro, a classificação de “ondas”.

2.1. Ondas no movimento feminista

O movimento e as teorias feministas foram tradicionalmente divididos por “ondas”. É certo que o movimento histórico não segue um curso linear e bem dividido, as principais ideias contidas em cada um deles transversalizaram, coexistiram, mas foram organizadas em uma tentativa de melhor compreensão das transformações pelas quais passaram (Nogueira, 2017).

Sempre houve mulheres que infringiram as regras gerais de condutas femininas em momentos específicos, a busca por liberdade custou a vida de muitas delas. A Inquisição da Igreja Católica, por exemplo, foi responsável pelo extermínio de mulheres que desafiaram seus princípios, apesar de neste período as ações das mesmas não serem consideradas no âmbito do movimento social organizado (Muniz, 2015).

No Brasil, também há dificuldade de se estabelecer um ponto de partida para o movimento de mulheres, mas dizer que suas características são completamente novas pode ser um erro, já que suas origens não estão desconectadas das experiências de grupos de mulheres populares, como as quilombolas, mulheres intelectualizadas, trabalhadoras inseridas no mercado de trabalho e indígenas, as quais lutaram contra a opressão. Essa dificuldade ocorre também pela ausência de registros e informações sobre a condição das mesmas. Inclusive protagonistas de movimentos importantes, como pelo direito à moradia, pela reforma agrária, as precursoras das reivindicações pela introdução dos direitos das trabalhadoras domésticas e rurais à legislação trabalhista, não têm suas histórias devidamente registradas e visibilizadas (Teles, 2017).

Pela necessidade de apresentar alguns marcadores temporais, o início da primeira onda do feminismo é localizado entre o meio e as últimas décadas do século XIX, a principal problemática eram os direitos iguais, sendo o maior deles o direito ao voto. Foi por esta exigência que o movimento sufragista se caracterizou (Pinto, 2010; Davis 2016; Nogueira, 2017). As reivindicações também envolviam a melhoria das condições materiais de vida, a defesa da mulher como sujeito jurídico, detentora de direitos civis e políticos, os quais precisavam ser conquistados e o acesso ao mercado de trabalho em condições iguais às dos homens (Nogueira, 2017).

Na Inglaterra as *suffragettes* ficaram conhecidas promovendo grandes manifestações, fizeram greves de fome e foram presas diversas vezes (Pinto, 2010). Nos Estados Unidos,

Davis (2016) afirma que o movimento sufragista foi uma consequência das experiências adquiridas pelas mulheres brancas de classe média dentro do movimento abolicionista. A participação política exercitada dentro dele, deu origem à organização das mesmas em benefício de pautas como o voto, a educação, as denúncias sobre a falta de liberdade, do papel social exigido no interior das famílias e do casamento. Todavia, a autora alerta para o racismo presente no movimento sufragista norte-americano, expondo que a campanha abolicionista não foi suficiente em promover uma verdadeira conscientização antirracista, ilustrada pela ausência de mulheres negras nos espaços criados pelo movimento, por atitudes racistas de mulheres antiescravagistas contra as mulheres negras, pelas narrativas construídas nestes espaços, as quais parcialmente falavam da realidade de mulheres brancas, visto que as mulheres negras continuavam sendo desumanizadas e escravizadas.

Neste contexto, o discurso de Sojourner Truth, conhecido como “Não sou eu uma mulher?” proferido na Convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851 -no qual era a única mulher negra presente - ficou marcado na história por apresentar fragmentos de sua vivência trabalhando nos campos antes da alforria, desta forma Sojourner refutou enfaticamente os supremacistas masculinos em suas alegações sobre a não possibilidade de conceder o sufrágio devido à fragilidade feminina, também foi uma resposta às mulheres brancas, as quais tinham se oposto às mulheres negras terem voz na convenção (Davis, 2016).

No Brasil, como descrito, em meados do séc. XIX as mulheres estavam inseridas em uma conjuntura de movimentos diversos, eram ativistas do movimento abolicionista, assim como lutavam pelo direito à educação. No entanto, antes disto, algumas foram protagonistas de grandes revoltas e insubordinações durante o Brasil colônia – principalmente mulheres negras e indígenas – e Brasil Império. É inegável, porém, a influência dos movimentos europeus e norte-americanos sobre a América Latina e Brasil. Considerando a luta pelo voto feminino, as mulheres latino-americanas estavam legalmente mais desamparadas, já que as

Constituições latino-americanas do século XIX não proibiam o voto, pois o título de cidadão era exclusivo aos homens. Quando as mulheres começaram a exigir o voto, Constituições sofreram mudanças, a fim de registrar a proibição do voto para as mesmas (Teles, 2017).

Nos primórdios do séc. XX foi que as sufragistas intensificaram a luta no Brasil enquanto outros movimentos femininos caminhavam paralelamente, como o das tecelãs e costureiras grevistas. As sufragistas buscavam a conquista do voto, as tecelãs e costureiras a redução da jornada de trabalho (16 horas nos setores femininos, 10 a 12 horas nos outros setores) e melhores condições de trabalho. Alguns ganhos foram obtidos a partir deste processo, todavia a repressão policial ocasionou um descenso na organização das trabalhadoras (Teles, 2017). A Federação Brasileira fez campanha pública pelo voto e levou em 1927 um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei para o direito de voto das mulheres, contudo, este direito foi conquistado apenas em 1932 (Pinto, 2010).

A primeira onda do feminismo foi até a década de 1960, a segunda onda tem início em torno das décadas de 1960 até o meio dos anos 1980, porém, o livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, lançado em 1949, já representava a ascensão de ideias da segunda onda (Pinto, 2010; Nogueira, 2017).

De modo geral, este período trouxe à tona posições inovadoras. As mulheres de classe média ou média superior deram entrada com maior intensidade no mercado de trabalho, assim como se acirraram as críticas à submissão da mulher no âmbito da família, do trabalho. O que antes consistia em uma denúncia e ênfase nas desigualdades jurídicas e legais, passou a abranger para além destas questões a situação de desvantagem não só na esfera pública, mas também na privada (Nogueira, 2017; Fraccaro, 2018). É quando se populariza a frase de que “o pessoal é político”.

Temas fundamentais discutidos amplamente neste período foram a violência sexual e doméstica, a objetificação do corpo da mulher em diversos âmbitos, a heterossexualidade

como norma para as mesmas, a sexualidade, a contracepção, aborto, entre outras (Nogueira, 2017).

Referindo-se à década de 1960, localizando Europa e Estados Unidos, Pinto (2010) destaca:

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe -, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (p. 16) .

A fase enfrentada pelo Brasil, devido às novas configurações do governo não eram de liberdades políticas, pelo contrário. Fruto da anterior eclosão de movimentos da classe operária e de suas reivindicações - o aumento das greves, das exigências das mulheres trabalhadoras de extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, das campanhas pela sindicalização de mulheres, de acontecimentos marcantes como *I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora*, das discussões dos intelectuais e estudantes sobre o imperialismo e a questão agrária, assim como o anúncio em comício do presidente João Goulart, segundo o qual levaria adiante reformas estruturais, inclusive a reforma agrária -, foi a resposta reacionária do conservadorismo. Em 1964 instaura-se a ditadura militar brasileira (Teles, 2017).

O governo militar, segundo Teles (2017) acelerou o desenvolvimento capitalista no país. Multiplicaram-se as indústrias, como consequência transferiu-se grande contingente populacional das áreas rurais para áreas urbanas, as periferias e favelas tornaram-se maiores em virtude da falta de infraestrutura adequada. Se antes se pleiteava reforma agrária, neste período tornaram-se cada vez maiores os latifúndios a partir da concentração de terras, as condições de trabalho tornaram-se piores com aumento dos acidentes de trabalho e arrocho

salarial, transformações necessárias à expansão do capital. As mulheres em particular, com a massiva entrada no mercado de trabalho, principalmente nas carreiras consideradas femininas, foram sobrecarregadas com tarefas domésticas, os cuidados maternais e o trabalho.

Como resultado, diversos setores organizaram ações de protesto, emergiram muitas manifestações, assim como a repressão policial às mesmas, pessoas foram presas e assassinadas. A partir disto, mães unidas na defesa de seus filhos fundaram a União Brasileira de Mães, entidade histórica, por outro lado cresceu também a participação de mulheres a favor do regime militar.

Com o ato institucional n. 5, o qual tornou mais rigoroso o regime militar, os grupos de esquerda tornaram-se clandestinos (Pinto, 2010; Teles, 2017). Ainda assim, em 1970 aconteceram as primeiras manifestações feministas, apesar de o regime sopesá-las como política e moralmente subversivas (Pinto, 2010).

A necessidade de libertação das mulheres deveria estar imbricada a um projeto maior de solução dos problemas sociais, no entanto, durante os anos de clandestinidade expressaram-se ainda mais a negligência às questões das mulheres pelas forças políticas, as quais estavam dispostas a questionar o regime. As mulheres entraram para a luta armada, por meio das guerrilhas, neste contexto perceberam a importância de exercer o feminismo, pois as discriminações provindas dos próprios companheiros eram comumente sentidas em forma da subestimação de suas capacidades física e intelectual ou pela super proteção. Quebrando os estereótipos afirmados por alguns companheiros, as mesmas foram fundamentais para o êxito de muitas ações planejadas pelos grupos (Teles, 2017). As especificidades da opressão feminina foram caracterizadas pelo tratamento aos quais foram submetidas quando eram encarceradas, as práticas de violência sexual foram recorrentes, inclusive contra mulheres grávidas (Segato, 2014; Teles, 2017).

Outros fatos importantes envolvendo a organização de mulheres ocorreram. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os dez anos subsequentes como a década da mulher, na I Conferência Internacional da Mulher, tendo forte repercussão no Brasil. As mesmas levantaram o debate sobre o papel da mulher na sociedade, outro evento importante neste período foi o lançamento do Movimento Feminino pela Anistia, o qual teve grande relevância nos anos seguintes para os enfrentamentos em busca de anistia para as presas políticas do regime militar (Pinto, 2010; Teles, 2017). O Movimento do Custo de Vida foi fundado e dirigido por mulheres da periferia e por setores da igreja, o primeiro e massivo movimento popular após o AI-5, sendo responsável por fortalecer as lutas em busca da redemocratização. Nesse sentido as mulheres da periferia e de outros setores passaram a falar organizadamente sobre seus problemas, como a falta de creches e a violência (Teles, 2017).

Por meio das problemáticas levantadas pela segunda onda, eclodiram - principalmente no ocidente - diferentes teorias feministas, as quais se diferenciam pela ênfase que dão mais a alguns aspectos que a outros da opressão das mulheres, da mesma forma pelo que consideram ser a gênese desta desigualdade e quais ações precisam ser tomadas para enfrentá-la. De acordo com Nogueira (2017) as mais divulgadas são: o feminismo liberal, o feminismo marxista, o feminismo radical, o feminismo cultural e o feminismo negro, o qual começa a aparecer a partir da crítica à segunda onda. No momento, interessa-nos expor algumas particularidades das críticas emergidas e do feminismo negro, os quais deram origem à teoria da interseccionalidade. Ainda segundo a autora, a terceira onda na teoria feminista tem origem nos fins da década de 1980.

Todavia, antes disto, abordaremos algumas das epistemologias construídas doravante à prática feminista e baseadas nos contextos enfrentados durante o processo histórico de reivindicações, pois são fundamentais para a compreensão das críticas anunciadas.

2.2. Epistemologias feministas

Em seu estudo, Rago (1998) considera a epistemologia como um campo e uma maneira de produção do conhecimento. Segundo a autora, ao produzir conhecimento científico operamos por meio de um campo conceitual, da mesma forma epistemologia diz sobre as relações que estabelecemos entre sujeito-objeto do conhecimento e de que forma esse conhecimento está representado como verdade. Neste seguimento, expõe que o feminismo além de produzir uma crítica ao modo hegemônico de produção do conhecimento científico, sugere outro modo de operar e articular a produção. Isto porque, as mulheres tiveram, e têm, uma experiência histórica e cultural marginalizada, diferente da dos homens, por esse motivo buscam construir uma nova linguagem também na produção do conhecimento.

Nesse sentido, Saffioti (1997) afirma a inseparabilidade entre sujeito e objeto, segundo a qual os mesmos não podem ser analisados excluídos da relação que os conecta, ou podemos incorrer no erro de dicotomizá-los. Dessa forma, “sujeito e objeto não são dados *a priori*, mas se constroem *na e pela* relação social” (p.59). Por isso devem ser localizados historicamente.

Em consonância, contudo, falando sobre a história do Brasil, podemos dizer que é necessária uma análise crítica da perspectiva disseminada por grande parte dos historiadores e observadores políticos brasileiros, os quais negligenciaram a condição da mulher. Mesmo o pouco escrito sobre elas, segundo Teles (2017) não foge à realidade universal até aquele período, denunciada por Simone de Beauvoir em 1949: “Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens”.

É importante destacar, a existência de outras correntes teóricas do pensamento contemporâneo, as quais fizeram críticas ao modelo dominante de ciência, apresentando rupturas teóricas e práticas, ainda em curso (Rago, 1998). Não citaremos, nem aprofundaremos cada uma delas aqui, pois podemos incorrer nos sujeitos ao risco de

privilegiar umas a outras - se considerarmos a produção científica do mundo -e também porque apresentar cada uma delas iria configurar a construção de outro trabalho, o qual não é o foco deste. Todavia, algumas delas serão brevemente apontadas, pois têm relação direta com as ideias feministas as quais abordaremos.

Outra questão a salientar, é sobre o rompimento das epistemologias feministas com os modelos hegemônicos nas Ciências Humanas, é indiscutível que as teorias desestabilizam, mas não rompem absolutamente com os mesmos, pois se existem as descontinuações, há também as permanências no sentido da tradição científica (Rago, 1998).

As feministas começaram por volta de meados dos anos 1970 a questionar a produção da ciência (Nogueira, 2017). As análises discordavam de uma perspectiva de produção do conhecimento, as quais defendem noções de objetividade, de neutralidade e generalizam um saber centrado na masculinidade como característica universal, ou seja, os padrões da objetividade científica, de acordo com elas, são impregnados por visões de mundo masculinas (Amâncio, 1992; Rago, 1998; Nogueira, 2017).

Há posições mais comedidas, outras buscam transformar as raízes desta problemática, entre elas Nogueira (2017) aponta como liberais análises as quais compreendem a preponderância de homens na produção, mas estão de acordo com os pressupostos da ciência moderna, uma vez que também se utilizam das concepções tradicionais. Segundo a autora, nesse sentido a diferença é apenas o objeto de estudo, no caso as mulheres, já as posições mais radicais, muitas vezes propõem-se a reconstruir as bases da metodologia científica, questionando a objetividade e a racionalidade como bases desta, expondo as relações entre ciência e política e entre ciência e ideologia.

As teóricas feministas apontaram para as relações sexuais, sociais e étnicas, envolvidas na constituição dos sujeitos e propuseram que estes deixassem de ser observados frente às determinações unicamente biológicas, essencialistas e pré-determinadas, sem

historicidade. Em contrapartida afirmaram a construção social dos mesmos na complexidade das relações sexuais, sociais, as quais envolvem práticas disciplinadoras e discursos dominantes. É no bojo destas discussões que nasce o conceito de gênero, o qual serviu para desnaturalizar as identidades sexuais, desvelando a dimensão relacional das diferenças sexuais (Rago, 1998).

O conceito de gênero diferencia o sexo biológico do que são características de origem social e cultural, portanto, o gênero é a construção social do masculino e do feminino (Amâncio, 1992; Rago, 1998; Saffioti, 2011; Nogueira, 2017).

Discorrendo sobre as definições de gênero, Nogueira (2017) ressalta que este não está dentro dos sujeitos, portanto não pode ser individualizado nem medido, mas sim observado como um acordo existente nas interações sociais, segundo a mesma as distinções de gênero estão visíveis a nível estrutural, constituindo-se a nível interpessoal, para depois expressar-se em traços de comportamento, ou seja, tipificando o gênero. De acordo com as autoras Howard e Hollander (1997) e também Lott (1990) estudadas por Nogueira (2017) o gênero é performativo, uma vez que a exposição diferenciada de homens e mulheres a contextos generificados gera formas de ser, nas quais sexo e gênero estão em consonância.

Entretanto, Saffioti (2011) afirma haver outras formas de interpretar o gênero, pois sendo um conceito aberto, pode regular as relações entre homens-mulheres, mas também entre homens-homens ou mulheres-mulheres, sendo assim não expressa, necessariamente, a relação de desigualdade entre homens e mulheres. Este argumento constitui a crítica de muitas feministas à noção de gênero. Nesse sentido, a autora propõe uma análise associada ao conceito de patriarcado, sendo o último um regime de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. O conceito de gênero seria utilizado então como categoria geral, já o conceito de patriarcado relativo aos últimos seis ou sete milênios da história da humanidade.

Alguns escritos e colocações de feministas examinam as desigualdades entre homens e mulheres como resquícios de um passado patriarcal, porém Saffioti (2011) avalia que o patriarcado está em constante manutenção e transformação o que pode ser evidenciado pela forma como a violência de homens contra suas parceiras expressa a noção de direito natural sobre o corpo das mesmas, seguindo este raciocínio o direito patriarcal não se refere apenas à esfera da vida privada, mas influencia de forma decisiva tanto a sociedade civil como também o Estado. Compreendê-las como esferas distintas se faz necessário para fins de análise, no entanto são indissociáveis para compreensão do todo social, segundo a autora:

Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (p.54).

2.3. A interseccionalidade

O processo de transição da segunda para a terceira onda do feminismo representou uma série de questionamentos feitos às noções de gênero e às representações dominantes durante a segunda onda, no entanto, a crise desta é fruto da influência de posicionamentos, os quais se diferenciam em origem e conteúdo, tais como do feminismo negro e da epistemologia pós-moderna (Nogueira, 2017). Todavia há um ponto de convergência: a crítica à universalidade da categoria gênero, ou ao feminismo hegemônico e a ênfase na diversidade (Segato, 2011; Espinosa-Miñoso, 2014; Lugones, 2014; Bernardino-Costa, 2015; Davis, 2016; Collins, 2017; Nogueira, 2017; Akotirene 2018).

De forma geral, o feminismo surge pela reivindicação de igualdade social entre homens e mulheres. No entanto, o pensamento feminista clássico foi produzido por um grupo de feministas, as quais acabaram estabelecendo a concepção universalista de gênero,

mascarando epistemologias hegemônicas fruto de suas origens privilegiadas de classe, raça e sexualidade (Espinosa-Miñoso, 2014).

O feminismo de(s)colonial, de acordo com Espinosa-Miñoso (2014), originado da perspectiva epistêmica latino-americana da colonialidade, compartilha do posicionamento, segundo o qual há outros determinantes agindo sobre a opressão das mulheres, contudo, se diferencia do pós-modernismo supracitado e do feminismo pós-estruturalista. Tal perspectiva é utilizada para que possamos confrontar o caráter dominante da produção e dos aportes teóricos europeus e posteriormente norte-americanos, impostos pela colonização da América. Estas referências partem do princípio de que há um sistema hegemônico de produção dos conhecimentos sobre o mundo, responsável pela fundação de um pensamento o qual inaugura a articulação das relações de poder de classe, gênero em um projeto global, que por sua vez sustentam o capitalismo, imposto pela colonização e mantido pelo imperialismo, de caráter econômico e também social.

O pensamento feminista descolonial segue a proposta teórica - iniciada pelo feminismo negro e das mulheres de terceiro mundo dentro dos Estados Unidos - de se pensar a imbricação das opressões de raça, classe, gênero. Ao mesmo tempo, resgata a ótica crítica das feministas e mulheres indígenas e negras latino-americanas, as quais já denunciavam sua invisibilidade dentro dos movimentos, não só feministas. O estudo de Espinosa-Miñoso propõe a análise da interconexão entre estruturas de dominação, sendo assim, a relação entre androcentrismo, racismo, modernidade e colonialidade, sugere que não há possibilidade de pensar as opressões de classe, raça e gênero de forma independente ou como um recorte, para a autora o poder não opera de maneira paralela ou homogênea dentro das categorias dominantes, mas pela forma como cada uma delas está atravessada pelas outras e depende das mesmas, uma vez que dentro de cada um dos conjuntos também existem relações de poder.

Antes das reflexões do feminismo descolonial, autoras já anunciavam como estas imbricações produziam experiências diferentes. Em 1984, no Brasil, Lélia Gonzalez afirma em sua produção “Racismo e sexismo na cultura brasileira” que o fenômeno do racismo articulado ao sexismo produz efeitos violentos sobre as mulheres negras. Saffioti (1997) discorreu também sobre o *nó* de gênero, classe e raça/etnia no qual os sujeitos se constituem, criticando o determinismo do local de não-sujeito que algumas análises reservam às pessoas, como se o ponto do *nó* produzisse apenas vulnerabilidades e não potencialidades de reação.

O debate acerca das categorias de raça, classe e gênero foi traduzido no termo *interseccionalidade* por Kimberlé Crenshaw em 1989, quando a autora lança o artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. Crenshaw é pesquisadora, feminista, ativista da teoria legal afro-americana, principalmente nas áreas dos direitos-civis, foi responsável por desenvolver o conceito de interseccionalidade refletindo a partir das políticas norte-americanas para o combate às discriminações de raça e gênero. Neste artigo, Crenshaw (1989) questiona as análises fragmentadas de gênero e/ou raça e a incapacidade que estas têm em considerar a multidimensionalidade das experiências de mulheres negras, de acordo com a mesma, tanto o feminismo como o movimento antirracista apresentam esta problemática. Nesse sentido, segundo a mesma, seguir esta estrutura seria eliminar as experiências de mulheres negras para conceitualização, identificação e enfrentamento à discriminação racial e sexual, pois em casos de discriminação racial e sexual as investigações se limitavam a visibilizar experiências de membros dos grupos, os quais têm algum tipo de privilégio, ou seja, nas discriminações raciais a visibilidade é dada a membros que partilham de privilégios de sexo e/ou classe e no caso da discriminação sexual a ênfase é dada às experiências de membros que possuem privilégios de raça e/ou classe.

Em seguida, a autora aprofunda e delimita o campo interseccional no artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”, em 1991, mais uma vez analisando as experiências de mulheres negras no espaço interseccional de marginalização, fundamentada na teoria crítica de raça (Akotirene, 2018).

Por meio da inserção no campo do direito, a prática da interseccionalidade para Crenshaw consiste em expor como o impacto atrelado das estruturas de raça e gênero permanece criando padrões no sistema de justiça criminal, os quais dificultam o acesso de mulheres negras aos mecanismos de proteção. Segundo a autora, os estereótipos e as inferências comumente relacionadas à raça constroem um imaginário culpabilizante acerca dos comportamentos de mulheres negras, fazendo com que os processos movidos por mulheres afro-americanas em caso de violência de gênero, como estupro por exemplo (devido à hipersexualização de seus corpos), tenham menor probabilidade de resultar em condenações. Segue sendo um desafio, segundo a mesma, incorporar a questão de gênero e raça à prática e concepção de direitos humanos (Crenshaw, 2004).

Em um estudo aprofundado sobre como as ideias e práticas interseccionais podem servir a diferentes propósitos, Collins (2017), resgata as origens da proposição do termo, assim como tece algumas críticas e apontamentos para defender a relevância do mesmo. De acordo com a autora, a interseccionalidade contém duas dimensões relacionadas, a da investigação crítica e da práxis, pois aproxima dois lados da produção do conhecimento, o de sujeitos com menos poder mas produtores de saber, como por exemplo os atores dos movimentos sociais, e aquele conhecimento que emerge de instituições voltadas a criar conhecimento legitimado, como a academia. Neste seguimento, enfatiza o movimento social como precursor das ideias interseccionais, na afirmação de que as mulheres de cor

perceberam na prática como era crucial considerar as relações, não era pertinente eleger um inimigo, mas sim investigar os padrões de interconexão.

Em vista disso, alcançar a justiça social requer necessariamente a compreensão de raça, classe, gênero e sexualidade como construções interconectadas de um sistema de poder. Trata-se, portanto, de uma ação coletiva, não individualizante, visto que a atenção às relações entre sujeitos e grupos, constitui um exercício constante de reflexão sobre a base de um projeto de mudança social.

Nesse contexto, conforme explicam Ros e Abella (2008), as relações sociais e vínculos estabelecidos são fundamentais para compreensão desse fenômeno, tendo em vista que é nesse contexto relacional que o sujeito se constitui como tal, na sua singularidade. Dessa forma, pode-se afirmar que é no espaço da relação com o outro, ou seja, no espaço da intersubjetividade, que a singularização do sujeito se torna possível através do movimento do mesmo em meio às relações sociais, numa relação dialética sujeito – grupo – sujeito. Afinal, os lugares ocupados pelos sujeitos por meio de suas ações nas relações sociais são fundamentais na sua constituição como ser singular e na configuração dessas relações.

Nesse caso, um elemento que se constitui na intersubjetividade e se torna fundamental nas relações são os estereótipos. Essa importância se justifica pelo fato de que, nas relações entre si, as pessoas tendem a se atribuir características estereotipadas as quais acabam atuando como mediadoras nessas relações, simplificando as percepções (Ros & Abella, 2008).

Modificar esta situação depende de políticas públicas que promovam transformações culturais, psicossociais e econômicas. Ou seja, é necessária uma intervenção psicossocial junto a sociedade em geral, para modificar os conceitos e crenças errôneas que insistem em se perpetuar, fomentando essa desigualdade de classes, gêneros e raças que seguem estereotipadas.

Contudo, apesar das perspectivas e ações políticas de mulheres negras, mexicanas, indígenas, latinas e asiáticas, pioneiramente expressarem que não haveria liberdade se estas não se conscientizassem de suas origens de raça, classe e gênero - nem haveria qualquer projeto de emancipação para todos sem estas considerações - as narrativas contemporâneas sobre interseccionalidade frequentemente ignoram este espaço de construção do conhecimento, ou seja, o movimento social.

Conforme alerta Henning (2015), ao realizar uma análise sobre a produção mundial sobre interseccionalidade e pensamento feminista, se observa que as produções euro-norte-americanas tendem a ignorar, quase por completo, o que já vem sendo produzido por teóricas feministas interseccionais fora dos “países desenvolvidos” e “centrais”. O autor critica, ainda, a tendência a se considerar que teorizações interseccionais seriam uma prerrogativa de feminismos produzidos no “Centro”, fechando as portas para a produção de diálogos e circulações teóricas interseccionais globais.

Sugere-se, portanto, que mais produções contemporâneas desenvolvidas pelas inúmeras vertentes existentes em todo o mundo sejam fomentadas e valorizadas, expondo as teorizações e *insights* que a noção de interseccionalidade pode prover, pois apenas com a divulgação dessas ideias, nascidas do meio dos diversos movimentos sociais, é que será dada voz a estes anseios, e que suas experiências de vida poderão servir de exemplo para o desenvolvimento de políticas públicas e psicossociais que possam vir a prover uma mudança de paradigma nas sociedades. É preciso promover o intercâmbio de histórias e teorias no contexto da interseccionalidade.

À vista disso Collins (2017) localiza a produção de Crenshaw nas epistemologias de *standpoint*, assumindo que as experiências de mulheres de cor são fundamentais e significativas para o entendimento e solução dos problemas sociais, ainda afirma que não

obstante a pretensão de neutralidade e objetividade acadêmica, todo discurso vem de um ponto de vista, no entanto, são frequentemente encobertos.

Nesse mesmo estudo, a autora revela o deslocamento de estratégias e argumentos à medida que academicamente os estudos de raça, classe e gênero foram incorporados, a construção da interseccionalidade propôs um termo guarda-chuva, o qual consolidou essas relações dinâmicas no intuito de legitimá-las nas normas acadêmicas, assim como, segundo a mesma, criou nexos entre identidade individual e identidade coletiva, como uma associação entre conexões políticas, estruturais e representativas, e dá destaque ao objetivo de mudança e justiça social.

Haja vista a amplitude, a partir do século 21, da ideia de interseccionalidade entrelaçada a várias disciplinas das ciências sociais, Collins (2017) denuncia o que chama de erro de tradução, segundo a qual, muitos estudos interseccionais estão mais preocupados em descrevê-la, do que desvelar seu conteúdo crítico. Por conseguinte, a autora reafirma a relevância de traçar uma trajetória da interseccionalidade vinculada à emancipação dentro de uma realidade política e de construção de conhecimentos neoliberais, os quais propagam a realização individual acima da disseminação de idéias relativas ao bem público, da mesma forma como as soluções são pensadas no âmbito das políticas do mercado e não nas de ação coletiva. Sobre este aspecto, ela ressalta:

Uma maneira de conter o potencial emancipatório da interseccionalidade consiste em apropriar-se de suas ideias, reformulando-a em relação às agendas neoliberais, depois descartando-a ao apontar uma aparente impossibilidade de a interseccionalidade promover mudança (Collins, 2017, p. 15).

Considerando as mudanças no movimento feminista, assim como pelos estudos feministas, influenciadas por transformações no contexto social mundial e brasileiro, algumas vertentes da Psicologia acompanharam e absorveram parte destas discussões e elaborações teóricas e práticas, no entanto para justificar as alterações de paradigmas foi fundamental construir também uma crítica aos aportes dominantes na Psicologia.

3. POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA E A INTERSECCIONALIDADE: NECESSIDADE DE CRÍTICA E DE DESCOLONIZAÇÃO

As origens da psicologia como ciência defendeu o status de uma ciência objetiva, neutra, empírica e de metodologias predominantemente quantitativas. O lugar o qual o(a) pesquisador(a) ocupava, portanto, era o de agente externo, conduzindo sistematicamente estudos laboratoriais para prever e compreender o comportamento humano, todavia, muitos destes estudos iniciais foram feitos com animais, fornecendo explicações biológicas acerca do comportamento (Parker, 2014; Nogueira, 2017). Não se trata de desconsiderar a influência de fatores biológicos, no entanto, a transformação de sujeitos biológicos em sujeitos humanos requer a existência de relações com outros sujeitos, os quais possam oferecer condições para a identificação do outro e de si próprio, assim como são as capacidades de interpretar e agir sobre o mundo que caracterizam nossa experiência como seres sociais, por conseguinte, o estudo de fatores orgânicos pode nos fornecer contribuições no entendimento sobre a biologia, mas não necessariamente sobre a psicologia (Parker, 2014). Desta forma, os resultados originados eram universalizados e defendidos como aplicáveis a diferentes sujeitos, em diferentes contextos (Parker, 2014; Nogueira, 2017).

Outra característica presente na gênese das teorias psicológicas, refletidas pela psicologia dominante atualmente, é a investigação principalmente focada em indivíduos e seus processos internos. Mesmo quando o contexto social é abordado, muitas vezes, este é visto como um ente objetivo, no qual o indivíduo necessita procurar soluções individuais e subjetivas para os problemas identificados (Martín-Baró, 1996).

Em seu resgate crítico sobre a história da psicologia, Parker (2014) aponta como problemática prática da mesma, no início de seu desenvolvimento como ciência, buscar

explicações biológicas sobre as diferenças entre grupos. Dentro desta lógica estiveram os primeiros estudos sobre o que chamou de diferenças *sexuais* entre homens e mulheres, e também sobre como nesta perspectiva explicou as diferenças *raciais* de inteligência, ou personalidade, em torno da primeira metade do século XX. Segundo o autor, este tipo de pesquisa operou uma dinâmica política, apesar de supor-se neutra, com efeitos divisionistas, segregacionistas e reforçadora de desigualdades.

É neste sentido que, boa parte da psicologia hegemônica, capturou, refletiu e reforçou ideias dominantes, atuando como ferramenta de manutenção de relações de dominação, exploração e de valores que sustentam o modelo de sociedade capitalista, como o individualismo (Martín-Baró, 1996; Parker 2014). Todas as ciências e profissões são contaminadas ideologicamente e encontram-se a serviço desta ordem, entretanto, também podemos afirmar muitos casos de psicólogos os quais têm procurado compreender e intervir, contribuindo com causas populares e de mudanças radicais (Martín-Baró, 1996).

Os movimentos críticos dentro da psicologia geraram transformações metodológicas e epistemológicas, conduzindo-a a outros espaços e formas de responder aos fenômenos observados, espaços estes onde questões políticas, sociais e históricas foram consideradas além de questões somente individuais, sendo as perspectivas feministas um destes movimentos de fundamental importância (Neves & Nogueira, 2004).

3.1. Psicologia e feminismo

Primeiramente - alimentadas pelo amplo movimento feminista - as psicólogas tiveram que ocupar espaços como cientistas, à medida que este processo se iniciou nas ciências em geral, o impacto ocorreu também na psicologia, logo, começaram a incitar transformações na própria perspectiva de ciência. Nos primeiros anos da década de 1970 algumas mulheres

passaram a questionar o viés androcêntrico dos conhecimentos psicológicos. Além da maioria dos pesquisadores serem homens, para as pesquisadoras, os mesmos refletiam a realidade com óticas masculinas. (Amâncio 1992; Nogueira, 2017).

A primeira onda do feminismo não afeta diretamente a Psicologia, segundo Nogueira (2017) até aquele momento, havia poucos casos de psicólogas que se denominavam feministas e a disciplina era dominada por homens. Em torno dos anos 1920, os estudos sobre as diferenças entre os sexos baseadas em explicações biológicas passaram a ser questionados, por exemplo, aqueles que se centravam nas diferenças intelectuais entre homens e mulheres. A inconsistência dos resultados fez com que este domínio perdesse espaço. Ainda assim, a diferenciação continuou a ser objetivo de algumas análises, no entanto com certa mudança. Um conjunto de estudos passou a investigar e medir características psicológicas entre homens e mulheres, originando uma corrente que distinguia e nomeava sexo biológico de sexo psicológico, nesse sentido a centralidade foi deslocada para as diferenças de personalidade entre os sexos, as quais eram vistas como universais, estabilizadas e de caráter intrapsíquico (Amâncio, 1992; Nogueira, 2017).

Haja vista que a variável sexo passou a ser concebida como característica social, a partir de conteúdos descritivos, ao mesmo tempo normativos, estereótipos sexuais passaram a ser defendidos, no entendimento de que características como dominância e instrumentalidade estariam associadas à figura masculina e expressividade, submissão e dependência à feminina (Amâncio, 1992; Nogueira, 2017). Estas afirmações foram fundamentadas em dados objetivos e explicativos ensimesmados, mas não os relacionam com o sistema social, o que daria sentido aos processos de socialização, da mesma forma, não analisa a relação entre homens e mulheres (Amâncio, 1992). Acabando por configurar um vasto programa de pesquisas pautadas pelo dualismo reducionista (Nogueira, 2017).

Dessa forma, a Psicologia contribuiu para a construção de um lugar para a mulher, no qual estas características estariam bem adaptadas, pois ao defender a normatividade relacionada ao gênero (não tratado ainda neste termo), afirmou a relação destas com a capacidade para exercer a maternidade, também a responsabilizando por possíveis desenvolvimentos não-saudáveis da criança. A partir disto reforçou a heterossexualidade compulsória, já que um ambiente familiar saudável dependeria da harmonia entre o casal, comumente visto como homem e mulher (Parker, 2014; Nogueira, 2017).

A partir da segunda onda foi que as elaborações teóricas e práticas feministas influenciaram e desafiaram o viés androcêntrico da Psicologia. Nogueira (2017) dá destaque para algumas delas. A primeira trata-se da teoria da androginia, desenvolvida inicialmente por Sandra Bem no início dos anos 70, na qual a autora questionava a perspectiva dualista acerca dos sexos presente na Psicologia Social, a proposição era de que a associação de traços masculinos e femininos proporcionasse maior autoestima e bem-estar, o objetivo estava voltado ao rompimento com os comportamentos considerados adequados para mulheres e homens. No entanto, os conceitos estabelecidos de feminilidade e masculinidade mantiveram-se presentes na teoria, assim como o ponto de vista dualístico e a afirmação de aspectos psíquicos estáticos e internos.

A segunda foi a teoria dos papéis sociais de Alice Eagly (1987), esta teoria consistiu na tese de que as diferenças sexuais surgiam a partir dos papéis sociais desempenhados diferentemente por mulheres e homens, sendo estes papéis definidos como as expectativas compartilhadas socialmente sobre comportamentos e qualidades apropriados para cada um, desta forma defendia que, caso mulheres e homens estivessem proporcionalmente representados em papéis sociais específicos estas diferenças não emergiriam, algumas críticas no entanto incidiram sobre os papéis de gênero serem considerados causa e não um efeito, da mesma forma porque deixou de analisar questões como as origens dos papéis, as explicações

para a dominação dos homens sobre as mulheres e a subordinação das mesmas, portanto, o foco no condicionamento cultural deixa novamente de questionar o sistema social das relações de gênero, já a terceira foi a teoria de desenvolvimento moral de Carol Gilligan na qual, ancorada na epistemologia de *standpoint*, investigando apenas mulheres, contrapõe a leitura de Lawrence Kohlberg de que as mulheres não alcancem os últimos estágios de desenvolvimento, afirmando que as mulheres têm valores morais diferentes, principalmente ligados ao âmbito do cuidado e das emoções, acabando por estereotipar condutas femininas em uma perspectiva essencialista.

A autora cita Amâncio (1994) para dividir as investigações da Psicologia norte-americana com influências da segunda onda feminista, em três eixos principais: 1) aquelas que discutiam a necessidade de haver igualdade de atributos entre os gêneros; 2) as que argumentavam e justificavam as diferenças entre os gêneros; 3) as que defendiam a valorização de diferenças entre os gêneros.

As contribuições deste período originaram novas questões, novos conceitos, novos problemas e proposições de modelo, principalmente enfatizando o significado de gênero no sentido de sua capacidade de servir como estímulo para prescrever papéis, assim como as relações de poder. Contudo, a maioria das pesquisas dentro de um viés empiricista, não foi capaz de provocar um rompimento com as narrativas predominantes acerca dos sujeitos destas pesquisas e dos observadores, nem com os fundamentos do método científico pautados no ponto de vista clássico de observação, análise, predição e generalização. O homem continuou a ser considerado como categoria geral e a mulher o “outro” debatido. A partir dos anos 80 este cenário da Psicologia com perspectiva feminista de base predominantemente empiricista começa a sofrer mudanças, perspectivas críticas surgem para questionar o dualismo simplista, o essencialismo, com consequentes implicações nos estudos de gênero feitos pela Psicologia (Nogueira, 2017).

3.2. Psicologia raça, classe e gênero: a interseccionalidade

A influência de perspectivas críticas e o impacto da terceira onda feminista sobre a Psicologia geraram alguns novos questionamentos acerca das análises de gênero. Burman (2004) ressalta que, a menos que aceitemos a concepção expressamente determinista sobre o ser mulher dentro da Psicologia, teremos de entender que representações de gênero envolvem necessariamente análises sobre intersecções, apontado como estas, o patriarcalismo, capitalismo, heteronormatividade, racialização e etc. Neste caso, ela afirma a problemática, por exemplo, de que mulheres em posições de poder possam reforçar, ao invés de desafiar as relações de poder dominantes, contraditoriamente, não podemos evitar a questão de como as mulheres podem e devem exercer o poder, todavia, o discurso dominante, atento às reivindicações feministas captura estas narrativas e as incorpora dentro de seus modelos, de forma a reproduzir a mesma lógica de desigualdade.

As investigações de Saffioti (2011), apesar de não estarem situadas especificamente na Psicologia, influenciaram muito os estudos de gênero na área. Segundo a mesma, o sujeito é constituído em gênero, classe, raça/etnia, portanto, não apresenta homogeneidade, dessa forma, de acordo com as condições históricas vividas, um destes âmbitos se sobressairá, enquanto os outros, ainda presentes, serão menos proeminentes. Já em outros momentos, outra das faces emergirá em lugar de destaque. Sendo assim, ela destaca: “Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição” (Saffioti, 2011, p. 79).

Nesse sentido, Parker (2014) afirma que os feminismos de “terceira onda” atentam para a pluralidade e para as divisões entre as mulheres, as quais foram construídas em torno das categorias de raça e sexualidade. Consequentemente o feminismo e o antirracismo não

podem ser vistos como um desvio da luta de classes, pois foram fundamentais para as identificações, confiança e ação da classe trabalhadora, neste processo, foi necessário também que o próprio feminismo compreendesse que o feminismo demanda uma política pluralista. Todavia, não se trata de um pluralismo liberal, o qual concebe os direitos de cada indivíduo alienado e sim a noção de direitos pensada e construída de forma relacional, antecipando formas de produção e reprodução de relações não alienantes.

Há também estudos dentro da Psicologia, os quais têm explorado a associação de categorias como raça e gênero na experiência de mulheres expostas à violência doméstica, demonstrando como, apesar de mulheres brancas e negras acessarem o mesmo serviço de atendimento a mulheres para denunciarem a situação vivida, o componente raça pode colocá-las, muitas vezes, em maior vulnerabilidade, pois apresentam, por exemplo, os níveis mais baixos de escolarização, menor acesso a equipamentos sociais e de saúde, devido à marca do racismo. Da mesma forma, como apesar do quesito raça/cor ser parte dos formulários preenchidos por estas mulheres nestes serviços, este dado não é levado em consideração pelos profissionais, inclusive por Psicólogas(os) (Silveira, Nardi & Spindler, 2014).

Em uma defesa sobre como as relações entre raça, classe e gênero não podem ser analisadas como categorias isoladas na experiência dos sujeitos, pois estas não são vividas de modo fragmentado, Shucman (2012) focou em sujeitos brancos para perceber como estas imbricações afetam a constituição dos mesmos. A autora conclui a partir de entrevistas, com homens e mulheres brancas da cidade de São Paulo, que os significados acerca da branquitude dependem das relações de gênero. Por exemplo, valores como poder são mais apreciados por homens brancos, enquanto questões estéticas ligadas à brancura da pele e a um padrão exaltado de beleza branca são mais valorizadas por mulheres brancas.

Na mesma perspectiva Nogueira (2013) discorre sobre o impacto dos privilégios ofertados pela sociedade colonial-moderna em sujeitos brancos, pois estes vivem em uma

condição de supervalorização relacionada à padrões estéticos, assim como dos modos de ser pautados na branquitude. Aqueles que acriticamente ocupam este lugar de desigualdade de poder se recusam a reconhecer a humanidade do *Outro* o que os afasta também da condição de humanidade. A autora afirma portanto, que ser branco acriticamente significa não possuir capacidade de perceber diferentes pertencimentos culturais e não entender e/ou rejeitar as outras possíveis formas de viver no mundo.

Trabalhando especificamente com a perspectiva da interseccionalidade na Psicologia Nogueira (2017) define que a interseccionalidade nasce para pensar como os fenômenos sociais de opressão não agem de forma independente, mas sim como agem de forma interrelacionada criando experiências também interrelacionadas. Todavia, com o recente desenvolvimento da interseccionalidade como paradigma de pesquisa, o termo tem contribuído para definir um compromisso teórico e político, enfatizando uma matriz de privilégio/opressão. Ela questiona e crítica que a interseccionalidade possa ser pensada como acúmulo de pertenças, ou seja, uma somatória de pertenças, utiliza-se então da metáfora de ingredientes de uma receita para explicá-la, segundo a qual, o resultado final de uma receita contém todos os ingredientes, que de tal forma fundidos, não podem ser vistos separadamente.

Refletir sobre a interrelação entre privilégio e opressão requer relacioná-los também ao contexto, portanto compreender que privilégios e opressões não são estatutos fixos, mas fluídos e dinâmicos, cada um deles passíveis de mudança (Nogueira, 2017). A autora cita McCall (2005) ao tratar de questões metodológicas acerca da interseccionalidade, esta autora dividiu os estudos sobre como captar a complexidade da questão em três abordagens: a anticategorial, a intracategorial e a intercategorial. Em resumo, as três abordagens dizem sobre como usam as categorias analíticas para investigar a vida social e as relações sociais.

Pretendemos ainda neste texto, não questionar qualquer concepção determinista de vulnerabilidades, pois, dentro das contradições apontadas, a experiência vivida na interseccionalidade pode também produzir resistências e potencialidades de ação e reação.

3.3. A Psicologia Crítica e a Descolonização

Há alguns paradigmas dentro da Psicologia os quais podem contribuir e estabelecer diálogos com a perspectiva interseccional.

A Psicologia da Libertação de Martín-Baró é um destes, tendo em vista que a mesma foi construída pautada no contexto latino-americano. Martín-Baró não deixou de ter a realidade como objeto e esta análise se aproxima da proposta do presente trabalho, além disso, sua obra traz importantes contribuições no sentido da crítica à exploração de uma massa, apontando para possibilidades de libertação de condições injustas, colocando como um desafio à Psicologia que historicamente tem atuado na manutenção de mecanismos que mantêm as classes dominantes (Guzzo & Lacerda Jr, 2009).

O autor afirmou a importância de deixar de limitar a análise psicológica ao comportamento individual observável e voltar a preocupação ao imensurável da consciência humana como afirma Martín-Baró (1996) no trecho:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido do seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social (p.14).

Como definição de consciência inclui-se a imagem que as pessoas têm de si mesmas, sendo estas produto da história de cada um, dessa forma não trata-se de um assunto privado, mas relacionado às representações sociais e à consciência coletiva.

A Psicologia Crítica nos é útil para uma análise da matriz interseccional de privilégios/opressão pois apresenta uma preocupação em oferecer suporte aos movimentos e às transformações históricas, pensando a perspectiva do indivíduo conectada às mudanças sociais. Nesta perspectiva, segue investigando, por exemplo os processos de alienação que impedem que os indivíduos ajam em busca da emancipação coletiva (Parker, 2014).

Dentro da Psicologia Crítica latino-americana o conceito de fortalecimento apresentado por Montero (2006) pode ser uma ferramenta útil para traçar este diálogo, já que pauta-se na análise dos limites concretos e objetivos mas também na existência de potencialidades subjetivas para o desenvolvimento e superação individual e coletiva das mesmas.

Outra categoria importante explorada pela Psicologia Crítica é a ideia de vida cotidiana. Sendo a análise desta de fundamental importância para a Psicologia, já que se apresenta como um núcleo da vida humana, no qual, conseguimos perceber as estruturas sociais na perspectiva dos sujeitos e pelas formas como os sujeitos conduzem a vida cotidiana podemos apreender os sentidos, como se expressam, da mesma forma quais os principais dilemas e conflitos vividos (Schraube & Hojholt, 2016).

Explorar estas perspectivas em Psicologia constitui um esforço de descolonização da mesma, na medida em que rompe com as características de uma ciência dominante importada e transportada para a realidade latino-americana, de forma descontextualizada, questionando o papel que a Psicologia deve assumir no enfrentamento à situações de violência, opressões e desigualdade social, buscando construir bases para o desenvolvimento de processos psicossociais que visem libertação e emancipação (Guzzo, 2018).

ESTRUTURA METODOLÓGICA

1. FUNDAMENTOS DO MÉTODO

Nossos fundamentos metodológicos estão pautados no materialismo histórico dialético. Nesse sentido buscamos romper com compreensões idealistas, nas quais o pensamento é premissa de criação do real, agindo como instrumento para acessá-lo. No método de Marx, opostamente, o pensamento não é a manifestação externa do real, e sim, a realidade reproduzida e interpretada no plano do ideal (Paulo Netto, 2011). Desta forma o pesquisador(a) tem um papel ativo, sem qualquer pretensão de neutralidade. A relação sujeito/objeto não significa aqui uma relação de externalidade, pois sujeito está implicado com o objeto. Portanto, este(a) deve ser capaz de movimentar diversos âmbitos do conhecimento, criticá-los, revisá-los, processos mediados também pela criatividade e capacidade de imaginação do(a) mesmo(a).

O objetivo do(a) pesquisador(a) é acessar a essência do objeto, para tanto, precisar partir da aparência do fenômeno (aquela que é imediata, empírica) sem desconsiderá-la - pois a mesma constitui um nível de realidade -, contudo é necessário ultrapassá-la capturando a estrutura e dinâmica (essência) do objeto por meio de procedimentos analíticos e ao fim desses, operar sínteses interpretativas. Isso significa analisar a matéria, seus elementos e as relações entre estes. Todavia, a essencialidade da matéria não é considerada como fixa e imutável (Paulo Netto, 2011)

Nos estudos de Marx, apresentados por Paulo Netto (2011), é também fundamental a análise do objeto dentro da realidade histórica, a qual é expressamente material. Para o autor, a realidade é criada a partir do trabalho, da *práxis*. O ser social, portanto, também tem origem elementarmente do trabalho, assim sendo, constitui um processo dinamizado por contradições,

as quais ao serem superadas conduzem o ser social à patamares cada vez mais complexos, nos quais surgem novas contradições, gerando um movimento cíclico, não-linear. Assim concebem-se a história, a cultura e a sociedade.

Por conseguinte, devemos captar os elementos separadamente, para assim alcançar a totalidade do fenômeno. Os elementos são diferentes entre si, mas constituem a mesma unidade (Paulo Netto, 2011). A análise que desmembra os elementos não compreende uma totalidade, pois os elementos não contêm propriedades do todo, já a unidade é a parte deste todo que contém, mesmo que de forma embrionária, características indispensáveis da totalidade (Vigotski, 2018). Dessa forma, partindo do concreto, podemos extrair os elementos e analisá-los, alcançando assim as abstrações. Contudo, esta análise é dialética porque considera a construção do concreto no movimento das contradições, conferindo-lhe dinamicidade (Paulo Netto, 2011).

2. MÉTODO

O método de pesquisa utilizado por esta investigação é o de revisão sistemática de literatura. As revisões sistemáticas de literatura incluem a definição de critérios divulgados ordenadamente. Nesse sentido adotam uma metodologia padronizada, na qual os procedimentos de busca, análise e seleção são explicitamente definidos (Mancini & Sampaio, 2006).

As revisões sistemáticas de literatura incluem passos que podem ser resumidos em: construção da pergunta de pesquisa, a busca pela literatura relacionada, seleção desta literatura, extração dos dados a partir destas, avaliação da qualidade metodológica das mesmas, síntese dos dados extraídos, avaliação da qualidade das evidências e a exposição dos resultados (Galvão & Pereira, 2014).

O procedimento metodológico no qual estamos nos baseando é o da pesquisa bibliográfica defendida por Lima & Miotto (2007), dentro do qual entende-se por pesquisa um processo de busca e constantes aproximações da realidade, tendo essa uma carga histórica que expressa posições frente à realidade. Nesse sentido, as autoras afirmam que, todo objeto de pesquisa é histórico e possui consciência histórica, na qual está localizado temporalmente, não sendo apenas o(a) pesquisador(a) responsável por lhe dar sentido e sim a totalidade dos sujeitos. O objeto também expressa interesses e visões de mundo historicamente construídas, por isso é essencialmente qualitativo, no entanto, não exclui e também se utiliza de dados quantitativos para explicar suas proposições.

Seguimos a proposta de elaboração do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica elaborado por Lima & Miotto (2007). As autoras definem que como estudo teórico feito a partir da análise de documentos escritos, considerados originais primários - os quais são nossas fontes – deve-se seguir uma sequência sistematizada de passos, todavia, estes podem ser redefinidos ou reformulados, tendo em vista que a construção progressiva do conhecimento faz com que o(a) pesquisador(a) sempre volte ao objeto à medida que forem obtidos os dados. Seguindo a sequência de procedimentos propostos pelas mesmas na coleta de dados, consideramos alguns parâmetros para a seleção do material, sendo estes: 1) o parâmetro temático, ou seja, as produções relacionadas ao objeto de estudo, neste caso a *interseccionalidade* e a *psicologia*; 2) o parâmetro linguístico, no caso desta pesquisa apenas obras nacionais; 3) as principais fontes, definidas nos passos do método; e 4) o parâmetro cronológico, que considera o marco teórico de criação do conceito de *interseccionalidade*.

A leitura é fundamentalmente nossa principal técnica, deste modo organizamos alguns passos para uma leitura sistemática incluindo:

- 1) leitura prévia de reconhecimento do material bibliográfico, com objetivo de localizar e extrair o material;

- 2) leitura exploratória, um pouco mais aprofundada, mas também tem o objetivo de verificar se os dados selecionados realmente têm relevância para o estudo;
- 3) leitura seletiva, na qual inicia-se a seleção do material relacionando-o com os fundamentos e objetivos da pesquisa;
- 4) leitura reflexiva ou crítica, sendo essa uma leitura atenta e crítica, orientada por critérios específicos, com objetivo de sumarizar as informações contidas;
- 5) leitura interpretativa, a qual compreende o momento mais complexo, pois relaciona ideias com o problema de pesquisa, interpretar aqui requer um exercício por parte do pesquisador de associação de ideias, assim como de transferência de situações, comparações e capacidade criativa (Lima & Mito, 2007).

Ainda para a leitura das obras, no momento de investigação de soluções, as autoras sugerem um roteiro de leitura, o qual abarque:

- 1) a identificação da obra, com referência bibliográfica completa e o local onde a mesma pode ser encontrada;
- 2) a caracterização da obra, destacando tema central, objetivo da mesma, os principais conceitos utilizados, assim como paradigma teórico e referencial teórico se estiverem explícitos;
- 3) contribuições da obra para o estudo, este momento constitui-se no registro das análises feitas, assim como das questões e encaminhamentos propostos para serem expressos na elaboração do texto final.

A análise e interpretação dos dados, em última instância, dependem da construção de uma síntese integradora que apresente as reflexões pautadas na fundamentação teórica do trabalho, buscando aproximação com os objetivos propostos. Utilizamos também da

categorização a partir de conteúdos comuns encontrados, buscando relações entre estas categorias tendo como base a fundamentação teórica e os objetivos.

3. OS PASSOS DO MÉTODO

a) Definição da Fonte

As fontes utilizadas foram os bancos de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), da Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-PSI) e da Lilacs, indexadora científica e técnica de literatura latino-americana e caribenha. Inicialmente pretendíamos buscar os dados também nas fontes do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Psycodoc - uma base de dados internacional, com produções principalmente em espanhol, inglês e português, contudo, tivemos algumas dificuldades, visto que o acesso à Psycodoc está condicionado ao pagamento de uma subscrição, e no caso do banco de teses e dissertações da CAPES, por limitações de tempo, resolvemos não fazer a busca pela grande quantidade de publicações encontradas a partir do levantamento feito nas três primeiras bases citadas .

As fontes foram definidas considerando que nosso objetivo foi buscar produções tanto sobre o conceito de *interseccionalidade* utilizado por outras disciplinas, como em produções especificamente da Psicologia.

b) Procedimento de Coleta

Para a busca foram utilizados os termos *interseccionalidade*, inicialmente de forma separada, para alcançar o maior número de produções, sem distinção de área ou disciplinas,

posteriormente a busca foi feita com a utilização do termo *psicologia e interseccionalidade*. Nas duas etapas do levantamento em cada base de dados, os termos foram utilizados sem o recurso das aspas para ampliar e ter acesso ao maior número de textos. Algumas diferenças ocorreram no processo em cada base. O intuito foi levantar apenas produções nacionais compreendidas a partir de 1989, marco da proposição do conceito de interseccionalidade criado por Crenshaw (1989) e período de maior visibilidade das ideias apresentadas pela terceira onda feminista.

Na Scielo primeiramente inserimos o termo *interseccionalidade* com a utilização do filtro *Brasil*, na segunda etapa utilizamos o termo *interseccionalidade e psicologia*. Não obtendo resultado, tentamos então *interseccionalidade AND psicologia* e também não obtivemos. Sendo assim o recurso final foi utilizar o termo *interseccionalidade* com os filtros disponíveis em WoS Áreas Temáticas: *Psicologia multidisciplinar, Psicologia e Psicologia Social*, além do filtro *Brasil*.

Na BVS-Psi iniciamos usando o termo *interseccionalidade*, todavia, de todos os resultados, sessenta e sete produções eram da subdivisão Scielo, as quais já tínhamos considerado na primeira busca, subtraindo este número, incluímos apenas dois artigos. Na segunda etapa do levantamento na BVS-Psi para alcançar o maior número de resultados utilizamos o termo *psicologia AND interseccionalidade*, pois quando utilizamos *psicologia e interseccionalidade*, o site considerou a conjunção *E* como um termo específico, resultando em *psicologia AND e AND interseccionalidade*.

Na LILACS utilizamos o termo *interseccionalidade* com filtro *Português* para a primeira etapa da busca, já na segunda etapa, usamos os termos *psicologia e interseccionalidade* ou *psicologia e interseccionalidade* com filtros *Index Psicologia Periódicos técnico-científicos, Assunto Principal Psicologia e Português*, pois os resultados obtidos eram os mesmos.

Os critérios empregados para exclusão foram a identificação de produções não brasileiras, posto que alguns dos artigos, por exemplo, eram publicados em português, mas produzidos por autores(as) estrangeiros(as) em universidades fora do Brasil, apenas traduzidos para o português e publicados em revistas brasileiras, ou escritos em outras línguas e produzidos fora do Brasil por autores(as) estrangeiros(as), inclusive aqueles produzidos por autores(as) portugueses(as), escritos em português lusitano. Nesse sentido, incluímos produções publicadas em inglês e produzidas por autores brasileiros, em universidades brasileiras. Também excluimos aquelas que se repetiram na mesma base de dados e na mesma etapa da busca, todavia, incluímos aquelas que se repetiram em bases de dados diferentes e em etapas da busca diferentes, para sermos fiéis àquilo que realmente foi levantado em cada base de dados. Ao realizarmos a contagem total, ou seja, a soma de todas as produções encontradas, subtraímos as repetições contidas em bases diferentes.

c) Procedimento de Análise

- 1) levantamento a partir da busca nas bases de dados
- 2) leitura dos resumos
- 3) construção de duas tabelas, uma referente à primeira etapa da busca do termo *Interseccionalidade* e outra sobre a segunda etapa da busca das produções envolvendo a *Psicologia e Interseccionalidade*, mencionando base de dados em que a publicação foi encontrada, autores, ano, título, tipo de trabalho, como se apresentou a interseccionalidade e a área.

Durante a construção das tabelas, algumas vezes, além da leitura do resumos foi necessário usar como ferramenta o comando Ctrl + F, no caso da primeira etapa, quando não

foi possível identificar a presença do conceito de *interseccionalidade* no título e/ou resumo, e no caso da segunda etapa quando não era possível perceber a presença da psicologia e/ou *interseccionalidade*. Dessa forma, buscávamos as palavras *interseccionalidade* e/ou psicologia no texto completo e líamos também as referências para fazer a caracterização da presença das mesmas.

Tendo em vista maior aprofundamento, fizemos a leitura completa dos trabalhos da *Psicologia* que mencionaram *interseccionalidade* no título e no resumo, pois acreditamos que estas produções tinham maior foco na relação entre a *Psicologia* e *interseccionalidade*. O intuito desta leitura foi procurar os significados e sentidos dados à palavra *interseccionalidade*, da mesma forma extrair os principais referenciais teóricos, metodológicos, resultados e relação com o conhecimento psicológico das produções específicas da Psicologia.

A discussão foi feita com base nos fundamentos teóricos e do método apresentados nesta pesquisa, voltando sempre aos objetivos da mesma, assim como nos parâmetros supracitados e no roteiro de leitura e busca de soluções proposto por Lima & Míoto (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de dar início a exposição dos resultados e construir a devida discussão sobre os mesmos é importante revisitarmos os objetivos gerais e específicos deste trabalho, pois eles nos serviram como instrumentos orientadores no caminho traçado neste momento. É certo que devemos explorar ao máximo as informações fornecidas pelos bancos de dados, no entanto, ao interpretá-los não podemos deixar de conferir se estes foram suficientes para atingir nossa proposta inicial ou não, e se não, quais as causas destes hiatos.

Antes da escrita do projeto desta pesquisa, a partir da inserção dentro dos movimentos sociais e da prática profissional da psicologia em ambientes escolares/comunitários, utilizamos as categorias raça/etnia, classe e gênero como lentes de análise da realidade e como base para proposição de estratégias, nos âmbitos coletivo e individual. Muitas vezes, realizamos leituras integradas das três categorias para perceber a experiências de sujeitos ou de grupos e comunidades. Em consonância com estas observações, percebíamos que o conceito de interseccionalidade ganhava progressiva popularidade dentro da academia, sobretudo, nos coletivos e movimentos sociais, como um meio de dar visibilidade e comunicar as necessárias relações entre raça/etnia, classe e gênero, o que gerou o interesse desta pesquisa.

Posto isto, em resumo, definimos que levantaríamos as produções brasileiras sobre interseccionalidade para explorar os debates que têm sido feitos em torno do conceito e como ele está sendo utilizado dentro da Psicologia. Partimos da preocupação com uma possível banalização do seu uso e perda do caráter crítico e combativo às opressões de raça/etnia, classe e gênero, como já ocorreu com outros conceitos, perspectivas, práticas, esvaziadas por se tornarem chavões citados superficialmente nas pesquisas da Psicologia.

Os dados obtidos, por meio da aplicação dos passos descritos no método desta pesquisa, foram organizados tendo em vista melhor estruturação e exposição dos resultados. Para tanto, foram divididos em três níveis, conforme se explica a seguir.

1. INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS

O primeiro nível de resultado foi tratado em um viés quantitativo, para uma avaliação da quantidade de produções gerais, do dimensionamento sobre quais áreas têm explorado mais as terminologias interseccionais e quanto a Psicologia se insere nestas pesquisas ou se utiliza das interseccionalidades entre raça/etnia, classe e gênero, da mesma forma como está a distribuição das produções por ano, se são pesquisas principalmente teóricas ou de campo.

O segundo nível de resultados foi qualitativo e se refere à busca feita em duas etapas: *interseccionalidade/ Psicologia e interseccionalidade*. Para tanto, apresentamos e examinamos cada coluna das tabelas que virão mais à frente, analisando o ano da produção, títulos, tipo de trabalho, a presença da interseccionalidade e área.

O terceiro nível expressa as análises feitas a partir da leitura dos trabalhos completos, selecionados a partir dos critérios descritos no método, nos quais, com a utilização do roteiro de leitura, pudemos extrair informações relevantes para a discussão. Mais à frente também há tabelas demonstrando esses resultados.

Após a primeira etapa do levantamento na base de dados Scielo foram encontrados 99 artigos, com aplicação do filtro Brasil sobraram 67, dos quais foram lidos os títulos, resumos, quando necessário foram lidas também as referências, tendo em vista buscar os referenciais da *Psicologia* e/ou da *interseccionalidade*. Em alguns casos buscamos o currículo lattes ou ORCID dos autores porque não conseguimos identificar as áreas de produção, isto quando as

informações contidas no resumo eram muito insuficientes, houve situações em que as complementações das informações vieram a partir da identificação do programa de pós-graduação ou da temática das revistas nas quais as publicações foram feitas. Com essa exploração foi possível estabelecer os critérios de inclusão e exclusão descritos na estrutura metodológica.

Após essa pesquisa inicial, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão na primeira etapa de busca, iniciando pela Scielo, onde dos 67 artigos 14 foram excluídos, sobrando 53. Na segunda etapa do levantamento nesta base de dados, ou seja, de busca por *Psicologia e interseccionalidade*, foram encontrados 21 artigos, no entanto 11 foram excluídos, resultando em 10 artigos.

Na BVS-Psi, 67 dos artigos encontrados eram os mesmos da Scielo, sendo assim, sobraram apenas 2 na primeira etapa. Já na segunda, *Psicologia AND interseccionalidade*, surgiram 4081 na subdivisão catálogos de revistas científicas, todavia, quando abrimos esta página constaram 0 resultados, 3 eram da subdivisão Scielo e já haviam sido considerados. Constaram então 6 artigos da subdivisão bases em ciências da saúde, dos quais 1 foi excluído porque se repetiu consecutivamente, sobrando 5 artigos.

Na base de dados Lilacs foram 36 artigos levantados na primeira etapa, com recurso do filtro Português ficaram 32, dos quais um foi excluído porque se repetiu na mesma base de dados e na mesma etapa de busca, outros dois porque consideramos os critérios de exclusão, sendo assim, totalizaram 29, na segunda etapa foram encontrados 6 artigos. A tabela 1 abaixo mostra a quantidade de artigos encontrada em cada base de dados., após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

Tabela 1. Quantidade bruta de artigos encontrados em cada base de dados.

Base de dados	Interseccionalidade	Psicologia e Interseccionalidade
Scielo	53	10
BVS-Psi	2	5
Lilacs	29	6
Total	84	21

Nos referimos assim, pois, durante as buscas, percebemos que algumas produções se repetiam em etapas diferentes e em bases de dados diferentes, desta maneira as identificamos e subtraímos do total. Resultaram, portanto, 84 artigos, dos quais 21 são da Psicologia (25%). Ressaltamos que este número é o total de artigos da Psicologia encontrados na primeira e segunda etapa do levantamento em cada base de dados, sem as repetições, ou seja, são todos os artigos da Psicologia que surgiram durante a busca específica pela relação da Psicologia com interseccionalidade ou na busca geral. As Tabelas 2 a 7, a seguir, trazem em detalhes a categorização desses artigos.

Tabela 2. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados SCIELO: Descritor interseccionalidade.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área
1	Cleto, M., Covolan, N., & Signorelli, M.C. (2019)	Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto de acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral/ Trabalho de campo	Resultados empíricos cotejados sob perspectiva interseccional.	Serviço social
2	Simões, B.B.O., & Campos, C.H. (2019)	Apátrida em legislações discriminatórias de gênero/ Trabalho teórico	Análise à luz da interseccionalidade	Direito
3	Félix-Silva, A.V., Soares, G.P., Santos, A.C., Rigoti, L.M.B., & Nascimento, M.V.N. (2019)	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política/Trabalho de Campo	Citação pontual da palavra interseccionalidade apenas no resumo	Psicologia
4	Gill, A. , & Pires, T. (2019)	*From Binary to Intersectional to Imbricated Approaches: Gender in a Decolonial and Diasporic Perspective/ Trabalho teórico	Perspectiva interseccional a partir da vertente descolonial.	Ciência Política
5	Yamanaka, J.H.C. (2019)	Do “corpo falado” à “fala corporificada: a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada/ Trabalho teórico	Perspectiva interseccional como ferramenta de investigação.	Linguística
6	Ferrara, J.A. (2019)	Diálogos entre Colonialidade e Gênero/ Trabalho teórico	Perspectiva interseccional como proposta de descolonização.	Letras e estudos feministas
7	Cúnico, S.D., Strey, M.N.,	Quem está no comando? Mulher de bandido e	Análise a partir do feminismo	Psicologia/estudos

	& Costa, A.B. (2019).	os paradoxos da submissão/Trabalho de campo	interseccional	feministas
8	Gomes, R.B., Lopes, P.H., Gesser, M., & Toneli, M.J.F.(2019)	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência/Trabalho teórico.	Foco na interseccionalidade entre gênero e deficiência	Psicologia/estudos feministas
9	Blanchette, T., & Silva, A.P. (2018)	*Classy Whores: Intersections of Class, Gender and Sex Work in the Ideologies of the Putafeminista Movement in Brazil/Trabalho de Campo	Abordagem interseccional para raça, classe e gênero	Antropologia
10	Assis, J.F. (2018)	*Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica/Trabalho teórico	Conceito de interseccionalidade para entender a violência obstétrica	Serviço Social
11	Ferreira, B. & Santiago, V. (2018)	*The Core of Resistance: Recognising Intersectional Struggle in the Kurdish Women's Movement/Trabalho teórico	Interseção de gênero, etnia e classe	Relações internacionais
12	Muñoz-Cabrera, P. & Rangel, P.D. (2018)	Gender Justice in Feminist Analysis os Public Policies in Argentina, Brazil and Chile/Trabalho teórico	Abordagem interseccional	Estudos feministas
13	Sousa, D. & Iriart, J.(2018)	“Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil/Trabalho de campo	Pressuposto interseccional com perspectiva decolonial	Antropologia/Saúde
14	Rea, C.A. (2018)	Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos/Trabalho teórico	Leitura interseccional da dissidência sexual, repensa o queer desde o Sul com proposta decolonial.	Estudos étnico-raciais e feministas.
15	Rea, C.A. & Amancio, I.M.S.(2018)	Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul/Trabalho teórico	Interseccionalidade próxima à vertente decolonial, teoria queer of colour.	Estudos feministas e étnico-raciais.
16	Alves A. (2018)	Pensar o gênero: diálogos com o Serviço	Interseccionalidade é uma das	Serviço Social

		Social/Trabalho teórico	abordagens	
17	Barreto, V.H.S. (2018)	“Venha se você for homem”: O princípio da masculinidade em orgias entre homens/Trabalho de campo	Interseccionalidade tratada de forma mais pontual, três menções apenas.	Estudos sobre gênero e sexualidade.
18	Vieira, A (2018)	Expectativas dos professores e mismatch racial na escola pública brasileira/Trabalho teórico	Interseccionalidade mencionada não como perspectiva ou abordagem. Diluída em menções horas à gênero, horas a demografia, horas à raça e classe.	Educação e estudos étnico-raciais.
19	Ribeiro, L., O’Dwyer, B., & Heilborn, M.L. (2018).	Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: O caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro/Trabalho de campo	Uso do conceito de interseccionalidade como possibilidade de resolução das diferenças e combate à opressão.	Antropologia Social
20	Aguião, S. (2018)	Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015)/Trabalho teórico	Transversalidade de gênero e raça e a perspectiva interseccional.	Estudos de gênero e direitos humanos
21	Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	*Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Análise interseccional quantitativa	Psicologia
22	Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	*Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino/Trabalho teórico	Discute a partir de uma ótica interseccional.	Psicologia
23	Auad, D. & Corsino, L. (2018)	*Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar/Trabalho teórico	Abordagem interseccional considerando o conceito de consubstancialidade	Educação

24	Veiga, J.P.C. & Galhera, K.M. (2017)	Ação coletiva transnacional na cadeia de confecção do vestuário e a questão de gênero/Trabalho de campo	Perspectiva interseccional	Sociologia
25	Pizzinato, A. , Hamann, C., Tedesco, P.C., & Jalmusny, Y.M. (2017).	Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil/Trabalho de campo	Discute a partir do conceito de interseccionalidade	Educação
26	Rea, C. A. (2017)	Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI/Trabalho teórico	Perspectiva interseccional	Estudos feministas
27	Carvalho, M.F.L. (2017)	Is Our Hope Cyborg? Subalternity, Recognition and “Tretas” on the Internet/Trabalho de campo	Interseccionalidade como uma das categorias	Psicologia/Saúde coletiva/ Estudos de gênero
28	Bonelli, M.G. (2017)	*Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade	Intersecciona gênero e raça com titulação, localização regional, tipos institucionais e regime de trabalho dos docentes	Direito
29	Couto, M.T. & Dantas, S.M.V. (2016)	Gênero, masculinidades e saúde em revista: a produção da área na revista Saúde e Sociedade/Trabalho teórico	Abordagem interseccional de gênero e outros marcadores sociais	Saúde/Medicina
30	Castro, S.R.L. (2016)	Elizandra Souza: escrita periférica em diálogo transatlântico/Trabalho teórico	Leitura a partir da interseccionalidade das opressões	Literatura
31	Schraiber, L.B., Barros, C., d'Oliveira, & Peres, M.F.T.(2016)	<i>Revista de Saúde Pública</i> in scientific publications on Violence and Health (1967-2015)/Trabalho teórico	Uma menção à interseccionalidade apenas no resumo, mas usa as categorias de raça, classe e gênero no corpo do texto.	Saúde/medicina

32	Araújo, M.T.F.R. (2016)	Marcadores cruzados: etnicidade, homossexualidade e religião/Trabalho de campo	Nenhuma menção à interseccionalidade como perspectiva ou abordagem, mas usa categorias de raça-etnia, classe e gênero no corpo do texto.	Ciências sociais e estudos de gênero
33	Costa, M.C. & Feltrin, R.B. (2016)	Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia/Trabalho teórico	Não cita interseccionalidade no resumo. Intersecções entre ciência, tecnologia e gênero, menciona raça uma vez e não menciona classe, nem define.	Estudos de gênero/Política científica e tecnológica
34	Silva, R.A. & Menezes, J.A. (2016)	Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas/Trabalho de campo	Olhar interseccional	Psicologia
35	Leite Junior, F.F. & Pocahy, F.A. (2015)	*Sim, elas envelhecem: problematizando a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade/Trabalho teórico	Interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade	Psicologia/Gerontologia
36	Bernardino-Costa, J. (2015)	*Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil/Trabalho de campo	Interseccionalidade em perspectiva descolonial	Sociologia
37	Molinier, P. (2014)	Cuidado, interseccionalidade e feminismo/Trabalho de campo	Menciona interseccionalidade no título e palavra-chave e em um momento do texto apresenta como interseccionismo	Estudos feministas
38	Deber, G.G. (2014)	Arenas de conflito em torno do cuidado/Trabalho teórico e de Campo.	Contraponto entre o cuidado em perspectiva interseccional e o cuidado contextualizado em uma região Italiana e o	Antropologia e estudos de gênero.

			emprego doméstico no Brasil.	
39	Moutinho, L. (2014)	Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes/Trabalho teórico	Intersecção entre raça, nação, sexualidade e gênero.	Antropologia
40	Hirata, H. (2014)	Gênero, classe e raça* Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais/Trabalho teórico	Contraponto interseccionalidade e consubstancialidade raça, sexo e classe. Em outro momento do resumo define consubstancialidade de gênero, raça e classe.	Sociologia
41	Silveira, R.S. & Nardi, H.R. (2014)	Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha/ Trabalho de Campo*	Referencial teórico baseado nos conceitos de interseccionalidade, gênero, raça e etnia.	Psicologia
42	Dornelles, P.G. & Pocahy, F.A. (2014)	"Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais/Trabalho de campo.*	Analisa aspectos da produção discursiva da heteronormatividade a partir da intersecção regional.	Educação/Psicologia
43	Costa, J.B. (2013)	Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil/Trabalho de Campo*	Estrutura o argumento a partir do conceito de interseccionalidade.	Sociologia
44	Xavier, G. (2013).	Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA/Trabalho teórico.	Interseccionalidade entre gênero, raça e classe.	História
45	Nascimento, W.F. & Martorell L.B. (2013).	A bioética de intervenção em contextos descoloniais/Trabalho teórico.	Interseccionalidade de vulnerabilidades	Filosofia

46	López, L.C. (2013)	A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade/Trabalho de Campo	Análise guiada pela crítica decolonial e pela perspectiva da interseccionalidade.	Antropologia/Saúde Coletiva
47	Pocahy, F. (2012)	"Vem meu menino, deixa eu causar inveja": ressignificações de si nas transas do sexo tarifado/Trabalho de Campo	Interseccionalidade entre gênero e idade. Se interseccionam "marcas" e "habilidades" do corpo, a raça, a orientação sexual, a classe social e a masculinidade.	Psicologia
48	Pasinato, W. (2011)	"Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil/Trabalho teórico	Problematiza-se o emprego "homogeneizante" da categoria feminicídio em contraponto com as discussões sobre as especificidades de gênero e sua interseccionalidade com outros marcadores sociais.	Sociologia/estudos de gênero.
49	López, LC. (2011)	*Uma Análise das Políticas de Enfrentamento ao HIV/Aids na Perspectiva da Interseccionalidade de Raça e Gênero/Trabalho teórico	Perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero	Antropologia Social/Saúde Coletiva
50	Lópes M. (2011)	A construção social da "branquidade" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina/Trabalho de Campo	Perspectiva adotada traz à tona elementos interseccionais de análise como gênero, cor/raça, nacionalidade, classe/camada social, grupo etário/geracional, pensados de maneira articulada	Antropologia Social e estudos em gênero e sexualidade.

			e contextual.	
51	Taquette, Stella R. (2010)	Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids/ Trabalho de Campo	Não cita interseccionalidade no resumo. No decorrer do artigo há uma menção à interseccionalidade.	Medicina
52	Matos, M. (2010)	Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?/Trabalho teórico	Apesar de não citar interseccionalidade no resumo, traz o conceito de interseccionalidade fundamentado durante o texto.	Ciência Política
53	Costa, C.L. & Ávila, E. (2005)	Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença"/Trabalho teórico	Enfoca a perspectiva epistemológica da diferença interseccional de Gloria Anzaldúa.	Estudos feministas

Tabela 3. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados SCIELO: Interseccionalidade com filtro para Psicologia.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área da Psicologia
1	Félix-Silva, A.V., Soares, G.P., Santos, A.C., Rigoti, L.M.B., & Nascimento, M.V.N. (2019)	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política/Trabalho de Campo	Citação pontual da palavra interseccionalidade apenas no resumo	Saúde/Terapia Comunitária/ Relações étnico-raciais.
2	Cúnico, S.D., Strey, M.N., & Costa, A.B. (2019).	Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão/Trabalho de campo	Análise a partir do feminismo interseccional	Psicologia Social e estudos feministas. *Há uma menção à Psicologia durante o texto, identificamos a Psicologia Social pela descrição da formação dos autores e pela maior parte das referências.
3	Gomes, R.B., Lopes, P.H., Gesser, M., & Toneli, M.J.F.(2019)	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência/Trabalho teórico.	Foco na intersecção entre gênero e deficiência	Psicologia Social na interface com educação, gênero e estudos da deficiência.
4	Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	*Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Análise interseccional quantitativa	Psicologia Social dialogando com a discussão interseccional e pós-colonial.
5	Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	*Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino/Trabalho teórico	Discute a partir de uma ótica interseccional.	Psicologia Social

6	Xavier, E.C. & Rocha, K.B. (2017)	*Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme/Trabalho de Campo	Interseccionalidade de raça, gênero e classe social.	Psicologia Social
7	Carvalho, M.F.L. (2017)	Is Our Hope Cyborg? Subalternity, Recognition and “ <i>Tretas</i> ” on the Internet/Trabalho de campo	Interseccionalidade como uma das categorias	Psicologia/Saúde coletiva/ Estudos de gênero
8	Silva, R.A. & Menezes, J.A. (2016)	Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas/Trabalho de campo	Olhar interseccional	Psicologia Social
9	Leite Junior, F.F. & Pocahy, F.A. (2015)	*Sim, elas envelhecem: problematizando a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade/Trabalho de teórico	Interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade.	Psicologia Social/Gerontologia.
10	Silveira, R.S. & Nardi, H.R. (2014)	Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha/ Trabalho de Campo*	Referencial teórico baseado nos conceitos de interseccionalidade, gênero, raça e etnia.	Psicologia Social

Tabela 4. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados BVS-PSI: Descritor interseccionalidade.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área
1	Moreira, M. A. & Nascimento, E.R.(2012)	A interseccionalidade família, geração e amamentação/Trabalho teórico	Menciona interseccionalidade apenas uma vez durante o texto, no caso, concepção de interseccionalidade família, geração e amamentação	Enfermagem
2	Silveira, R.S. & Nardi, H.R. (2014)	Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha/ Trabalho de Campo*	Referencial teórico baseado nos conceitos de interseccionalidade, gênero, raça e etnia.	Psicologia Social

Tabela 5. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados BVS-PSI: Descritor interseccionalidade com filtro para Psicologia.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área
1	Félix-Silva, A.V., Soares, G.P., Santos, A.C., Rigoti, L.M.B., & Nascimento, M.V.N. (2019)	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política/Trabalho de Campo	Citação pontual da palavra interseccionalidade apenas no resumo	Saúde/Terapia Comunitária/ Relações étnico-raciais.
2	Dell Aglio, D.D., Pizzinato, A., & Machado, P.S.(2019)	Marcha das Vadias de Porto Alegre: uma análise das políticas de aliança/Trabalho de Campo	Reforça a importância de uma perspectiva interseccional	Psicologia Política
3	Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	*Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Análise interseccional quantitativa	Psicologia Social dialogando com a discussão interseccional e pós-colonial.
4	Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	*Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino/Trabalho teórico	Discute a partir de uma ótica interseccional.	Psicologia Social
5	Chamon, A.R.M & Nascimento, A.R.A.(2018)	As “mulatas” de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social/Trabalho teórico	Interseccionalidade raça, classe e gênero como caminho teórico	Psicologia Social

Tabela 6. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados Lilacs: Descritor interseccionalidade.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área
1	Dell Aglio, D.D., Pizzinato, A., & Machado, P.S.(2019)	Marcha das Vadias de Porto Alegre: uma análise das políticas de aliança/Trabalho de Campo	Reforça a importância de uma perspectiva interseccional	Psicologia Política
2	Félix-Silva, A.V., Soares, G.P., Santos, A.C., Rigoti, L.M.B., & Nascimento, M.V.N. (2019)	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política/Trabalho de Campo	Citação pontual da palavra interseccionalidade apenas no resumo	Saúde/Terapia Comunitária/ Relações étnico-raciais.
3	Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	*Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino/Trabalho teórico	Discute a partir de uma ótica interseccional.	Psicologia Social
4	Assis, J.F. (2018)	*Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica/Trabalho teórico	Conceito de interseccionalidade para entender a violência obstétrica	Serviço Social
5	Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	*Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Análise interseccional quantitativa	Psicologia Social dialogando com a discussão interseccional e pós-colonial.
6	Chamon, A.R.M & Nascimento, A.R.A.(2018)	As “mulatas” de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social/Trabalho teórico	Interseccionalidade raça, classe e gênero como caminho teórico	Psicologia Social
7	Sousa, D. & Iriart, J.(2018)	“Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil/Trabalho de campo	Pressuposto interseccional com perspectiva decolonial	Antropologia/Saúde

8	Silva, R.A.da & Menezes, J.de.A.(2018)	Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas /Trabalho de Campo	Dados analisados a partir da interseccionalidade de gênero, classe social e raça/etnia.	Psicologia Social
9	Barreto, V.H.S. (2018)	“Venha se você for homem”: O princípio da masculinidade em orgias entre homens/Trabalho de campo	Interseccionalidade tratada de forma mais pontual, três menções apenas.	Estudos sobre gênero e sexualidade.
10	Alves A. (2018)	Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social/Trabalho teórico	Interseccionalidade é uma das abordagens	Serviço Social
11	Queiroz, M.R. (2018)	Síndromes hipertensivas na gestação no Brasil: estudo a partir dos dados da pesquisa "Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre o parto e nascimento", 2011-2012/Trabalho de Campo	Interseccionalidade entre raça/cor da pele, escolaridade, fonte de pagamento, escore socioeconômico.	Saúde Pública
12	Silva, R.A.da & Menezes, J. de A. (2018)	As fronteiras (in)visíveis entre as juventudes quilombola e urbana/Trabalho de Campo.	Dados analisados a partir da interseccionalidade de gênero, raça e classe social.	Psicologia Social
13	Cesaro, B.C.de, Santos, H.B.dos, & Silva, F.N.M.da (2018)	Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem/Trabalho teórico.	Leitura aprofundada sobre as masculinidades percebidas em seu caráter interseccional. Interseccionalidade de classe social e raça.	Saúde Pública
14	Conceição, C.S.da (2018)	Trajetória de vida de mulheres negras assistidas por um Centro de Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência: (res)significados, (re)descobertas e (re)construções/ Trabalho de Campo	Importância de ampliação do debate sobre violência de gênero e interseccionalidade.	Saúde Coletiva
15	Mountian, I. (2017)	*Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade/Trabalho Teórico	Foco nas noções de situacionalidade, interseccionalidade e reflexividade	Psicologia Política

			como metodologias críticas.	
16	Silva, R.A.da; Menezes, J. de A., Souza, L.B.de, Silva, J. do N., Moura, R.P. dos S., & Gaia, S.B.R. (2017)	Vamos conversar?: Histórias de jovens sobre o uso de bebidas alcoólicas nas comunidades quilombolas/Trabalho de Campo	Perspectiva da interseccionalidade. Aborda de modo interseccional as questões de gênero, classe social e raça/etnia em relação ao consumo de álcool por jovens.	Psicologia Social
17	Couto, M.T. & Dantas, S.M.V. (2016)	Gênero, masculinidades e saúde em revista: a produção da área na revista Saúde e Sociedade/Trabalho teórico	Aponta para a incipiência de abordagens conceituais nas investigações em gênero, masculinidade e saúde, especialmente quanto à interseccionalidade.	Medicina Preventiva
18	Miranda, S.F. (2016)	Da base da pirâmide social à "elite" do sistema: um estudo de caso sobre as diversas incursões de uma mulher negra, nordestina e militante/Trabalho de Campo	Interseccionalidade gênero-raça-pobreza.	Psicologia Social
19	Silva, R.A.da & Menezes, J. de A.(2016)	Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas/Trabalho de campo	Olhar interseccional	Psicologia Social
20	Silva, R.A.da & Menezes, J. de A.(2016)	Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas/Trabalho de Campo	Dados analisados com base na interseccionalidade de gênero, classe social e raça/etnia.	Psicologia Social
21	Silveira, R.S. & Nardi, H.R. (2014)	Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha/ Trabalho de Campo*	Referencial teórico baseado nos conceitos de interseccionalidade, gênero, raça e etnia.	Psicologia Social
22	Nascimento, W.F.do & Martorell, L.B. (2013)	A bioética de intervenção em contextos descoloniais/Trabalho teórico.	Interseccionalidade de vulnerabilidades	Filosofia

23	López, L.C. (2013)	*A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade/Trabalho de Campo	Análise guiada pela crítica decolonial e pela perspectiva da interseccionalidade.	Antropologia/Saúde Coletiva
24	Barbosa, C., Lietchy, T., & Pedercini, R. (2013)	Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais/Trabalho teórico	Discute aspectos da interseccionalidade entre fatores de opressão social.	Cinesiologia, saúde e esporte.
25	Moreira, M. A. & Nascimento, E.R.(2012)	A interseccionalidade família, geração e amamentação/Trabalho teórico	Menciona interseccionalidade apenas uma vez durante o texto, no caso, concepção de interseccionalidade família, geração e amamentação	Enfermagem
26	Pocahy, F. (2012)	"Vem meu menino, deixa eu causar inveja": ressignificações de si nas transas do sexo tarifado/Trabalho de Campo	Interseccionalidade entre gênero e idade. Se interseccionam "marcas" e "habilidades" do corpo, a raça, a orientação sexual, a classe social e a masculinidade.	Psicologia
27	López, LC. (2011)	*Uma Análise das Políticas de Enfrentamento ao HIV/Aids na Perspectiva da Interseccionalidade de Raça e Gênero/Trabalho teórico	Perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero	Antropologia Social/Saúde Coletiva
28	Lópes M. (2011)	A construção social da "branquidade" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina/Trabalho de Campo	Perspectiva adotada traz à tona elementos interseccionais de análise como gênero, cor/raça, nacionalidade, classe/camada social, grupo etário/geracional, pensados de maneira articulada e	Antropologia Social e estudos em gênero e sexualidade.

			contextual.	
29	Taquette, Stella R. (2010)	Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids/ Trabalho de Campo	Não cita interseccionalidade no resumo. No decorrer do artigo há uma menção à interseccionalidade.	Medicina

Tabela 7. Protocolo de análise de artigos da Base de Dados Lilacs: Descritor interseccionalidade com filtro para Psicologia.

Nº	Autores/Ano de publicação	Título/Tipo de trabalho	Presença da perspectiva Interseccional	Área
1	Dell Aglio, D.D., Pizzinato, A., & Machado, P.S.(2019)	Marcha das Vadias de Porto Alegre: uma análise das políticas de aliança/Trabalho de Campo	Reforça a importância de uma perspectiva interseccional	Psicologia Política
2	Félix-Silva, A.V., Soares, G.P., Santos, A.C., Rigoti, L.M.B., & Nascimento, M.V.N. (2019)	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política/Trabalho de Campo	Citação pontual da palavra interseccionalidade apenas no resumo	Saúde/Terapia Comunitária/ Relações étnico-raciais.
3	Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	*Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino/Trabalho teórico	Discute a partir de uma ótica interseccional.	Psicologia Social
4	Assis, J.F. (2018)	*Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica/Trabalho teórico	Conceito de interseccionalidade para entender a violência obstétrica	Serviço Social
5	Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	*Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Análise interseccional quantitativa	Psicologia Social dialogando com a discussão interseccional e pós-colonial.
6	Chamon, A.R.M & Nascimento, A.R.A.(2018)	As “mulatas” de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social/Trabalho teórico	Interseccionalidade raça, classe e gênero como caminho teórico	Psicologia Social

A quantidade de produções encontrada manifesta a amplitude que o conceito de interseccionalidade está alcançando dentro da academia, e consideramos um número significativo de artigos publicados, isto porque o levantamento foi feito em apenas três bases de dados e somente produções brasileiras. Contudo, estão distribuídos em diversas áreas do conhecimento, em algumas delas este número é bem pequeno, como ilustra o gráfico da Figura 1 que se segue:

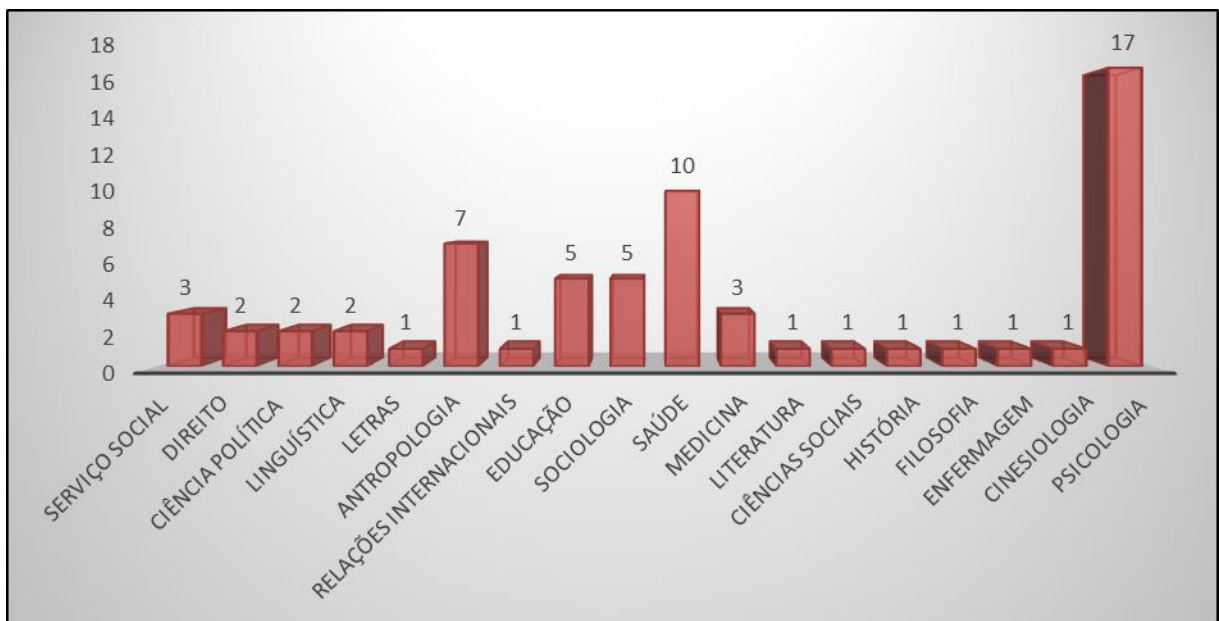


Figura 1. Quantidade de produções por área encontradas na etapa de busca geral pelo termo *interseccionalidade*.

Chamou a atenção o fato de a Psicologia ser a área que mais incorporou o conceito, situação não esperada. Como supracitado, 25% (N=21) dos artigos levantados são da Psicologia, questão que poderia ser explicada pela busca específica pela relação do mesmo com a disciplina, no entanto, o gráfico acima deixa explícito a sobressalência da Psicologia diante das outras áreas mesmo na etapa de busca geral.

Tentamos o maior refinamento possível na caracterização por áreas, ao mesmo tempo ser fiel ao levantamento, algumas eram mais específicas como Serviço Social, Direito, enquanto outras identificadas por áreas mais abrangentes como Saúde Coletiva, Saúde

Pública, por isso as aglutinamos em apenas uma categoria: saúde. Em alguns casos foi possível identificar mais de uma área de conhecimento, por exemplo, Antropologia aplicada à área da Saúde, nesses casos priorizamos aquela que aparecia com maior ênfase, fosse no resumo, pela formação dos autores, pelo programa de pesquisa ou pelas referências. Como já dissemos, quando a categorização por área ficou dúbia, precisamos ir além da leitura dos resumos.

As maiores concentrações de artigos encontrados além da Psicologia foram na Saúde com (n=10), Antropologia (n=7), Educação (n=5) e Sociologia (n=5). Nos estudos de Collins (2017) a autora deu destaque à esta questão, mas também levantou o questionamento avaliando como um fenômeno impressionante a incorporação acadêmica da interseccionalidade, não tão certa se as ideias originais contidas na proposição do mesmo haviam sido incorporadas também, como o feminismo negro, os movimentos sociais, a luta política.

Outro tipo de categorização foi feita quando a produção não se encaixava nem como uma disciplina específica, nem em grandes áreas como Educação ou Saúde. Alguns artigos anunciavam comporem os estudos sobre questões étnico-raciais, feministas e/ou gênero, a partir disso, reflexionamos sobre a importância de dimensionar aqueles que davam maior ênfase para uma questão ou para outra, alguns deles, deram maior peso à duas delas. De acordo com o gráfico da Figura 2, destes, a maior parte dá maior ênfase às questões étnico-raciais, seguido pelos estudos de caráter feminista e em último lugar aqueles que consideram gênero sem apontar uma perspectiva feminista, como os que tratam de masculinidade, também de sexualidade.

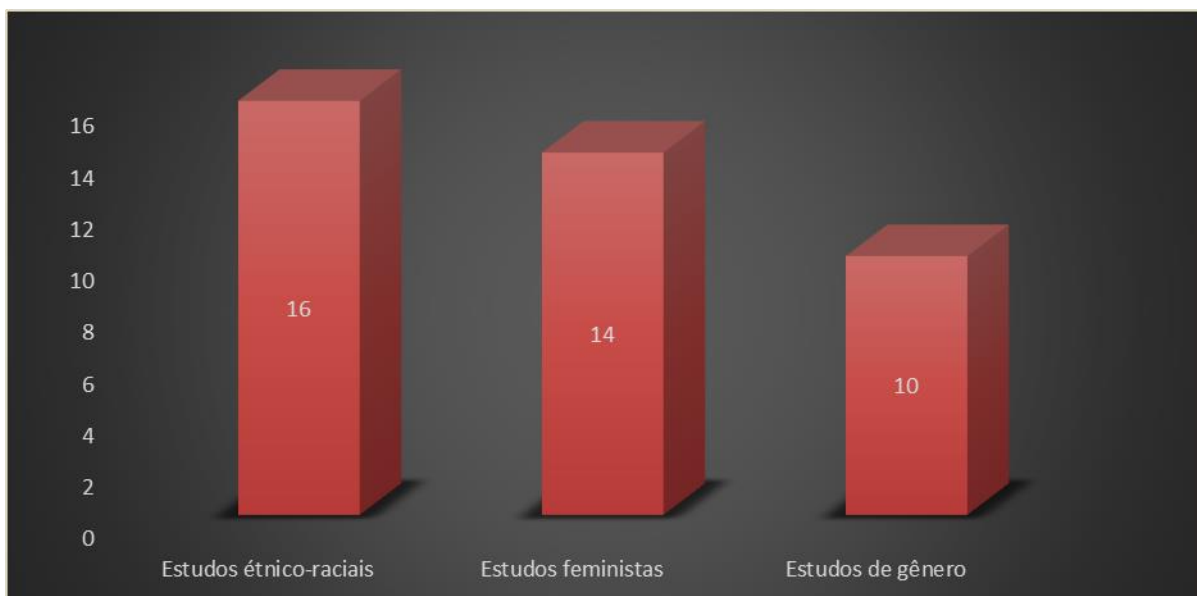


Figura 2. **Produções com maior ênfase para questões étnico-raciais, feministas ou em gênero**

Os fundamentos desta dissertação anunciaram a necessidade de um olhar mais específico nesse sentido. Saffioti (2011), ao fazer a crítica feminista ao conceito de gênero, concluiu que discutir gênero não necessariamente dizia sobre a desigualdade entre homens e mulheres, sendo assim, propôs uma análise de gênero dando visibilidade conjunta ao conceito de patriarcado, sendo este o regime de dominação-exploração histórico de homens sobre as mulheres. Acrescento ainda que o feminismo tende a apresentar uma proposta ativa de enfrentamento às opressões de gênero, enquanto o debate unicamente de gênero nem sempre a faz.

Do mesmo modo, a interseccionalidade originalmente surge do pensamento feminista negro norte-americano, apesar de parcelas significativas das feministas brancas negligenciarem a existência do racismo estrutural. Mesmo a interseccionalidade do ponto de vista da colonialidade, pensada pelas mulheres latino-americanas e caribenhas, não deixaram de entender que considerar raça era fundamental na proposta interseccional descolonial (Segato, 2007; Akotirene, 2018). Não podemos deixar de enfatizar que as mulheres afro-

americanas compuseram um movimento maior, no qual mulheres indígenas, asiáticas, mexicanas e outras mulheres latinas consistiram na vanguarda que colocou em pauta a interrelação raça/etnia, classe, gênero e sexualidade (Collins, 2017).

Segue a mesma linha a crítica feita por Angela Davis (2018) em entrevista concedida à Frank Barat, do livro *A liberdade é uma luta constante*. Ao responder à pergunta sobre ser uma pioneira na linha da interseccionalidade, disse ser necessário impedir que o termo interseccionalidade anule trajetórias indispensáveis de movimentos sociais. Em outro momento reafirma a extrema importância da luta antirracista conectada ao gênero, mas isto deve ser feito considerando classe, nacionalidade e etnia.

Pensamos na construção deste gráfico porque pelo levantamento identificamos artigos que não mencionavam raça e/ou classe, principalmente. Ainda se tratava de uma impressão pouco sistematizada, detalharemos melhor estas ausências na discussão sobre como a interseccionalidade estava contida nos mesmos. No geral, os que não foram incluídos neste gráfico tratavam da interseccionalidade citando raça, classe e gênero ou com ausência de um dos eixos fundamentais que a compõem, como já apontado. Ressaltamos que esta análise envolveu as duas etapas da pesquisa, incluindo também as produções específicas da Psicologia.

Outro indicativo sobre a progressiva disseminação do conceito de interseccionalidade nas pesquisas acadêmicas é a distribuição das mesmas nos anos. Apesar do termo ter sido inaugurado em 1989 pela autora Kimberlé Crenshaw, foi nos últimos 15 anos que este passou a ser utilizado com maior frequência pelas investigações científicas brasileiras, ainda assim, este número permaneceu relativamente estável até o ano de 2015, com poucas alterações. Contudo, de 2015 a 2019 há um aumento muito expressivo de pesquisas, com pico no ano de 2018, no qual foram publicados 21 artigos sobre o tema, como pode ser visto no gráfico da Figura 3.

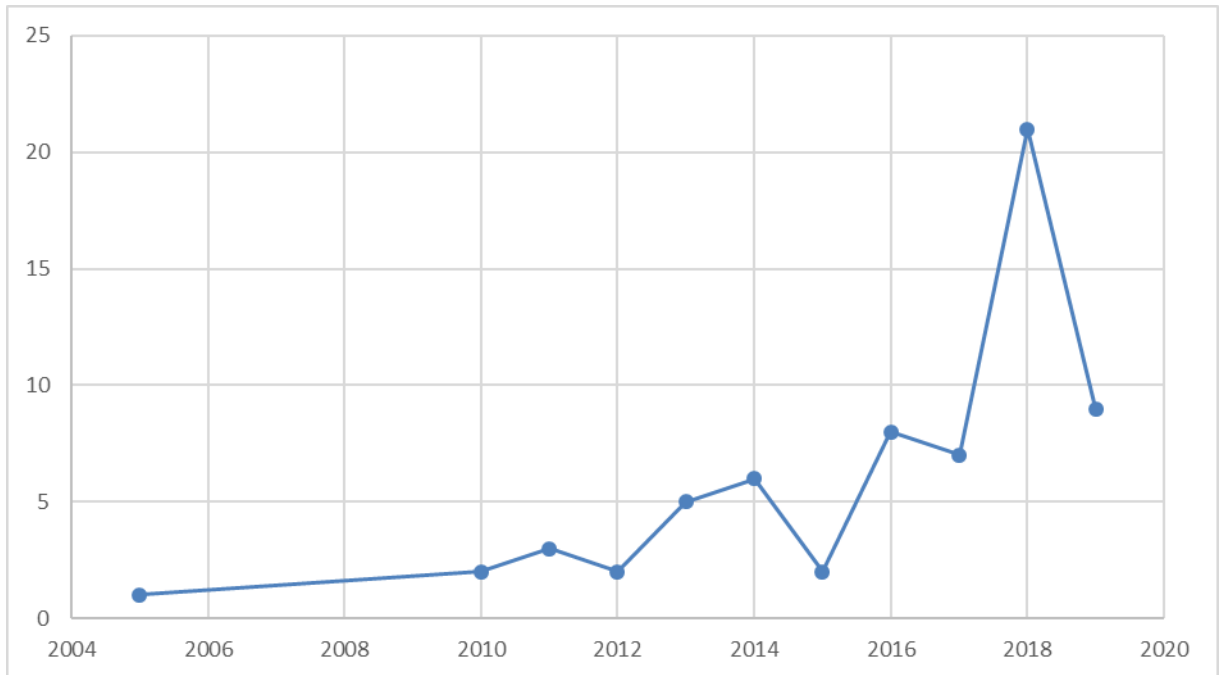


Figura 3. Gráfico de distribuição das produções ao longo dos anos na etapa de busca geral pelo termo *interseccionalidade*.

Ao mesmo tempo, característica da cisão entre a interseccionalidade originada no bojo dos movimentos sociais e o deslocamento desta para o âmbito científico é citar como ponto de partida o momento em que a academia nomeia o termo, é importante lembrar e incluir a narrativa dos movimentos sociais, assim como dos estudos e ideias as quais inter-relacionaram raça/classe/gênero durante os anos 1980 (Gonzalez, 1984; Collins, 2017).

Com relação ao método das pesquisas, foi possível dividi-las em duas categorizações mais abrangentes: a pesquisa teórica e a pesquisa de campo. O gráfico da Figura 4 apresenta o resultado das observações feitas no tratamento destes dados, sendo assim, constatamos que a maior parte dos trabalhos priorizaram a pesquisa teórica, não sendo possível identificar o motivo dessa preferência, todavia, esta diferença não foi tão grande, apontando para um certo equilíbrio no número de produções teóricas e de campo.



Figura 4. Gráfico distribuição de produções por tipo de pesquisa na etapa de busca geral pelo termo *interseccionalidade*.

Esta exposição vai ao encontro do debate em torno da produção do conhecimento, no qual, Collins (2017) cita June Jordan, uma intelectual afro-americana que pautou concepções de liberdade, segundo a mesma, a liberdade deveria ser indivisível, portanto, sua conquista envolve a ação conjunta ou estaríamos cada um agindo em busca dos próprios interesses, sendo assim, deveria incluir a população negra e todas as pessoas oprimidas. Pretendemos destacar aqui que os projetos de conhecimento interseccionais foram originalmente construídos não apenas como ideias, mas sim como ideias que surgem do campo das ações.

Um documento muito citado como um dos primeiros a organizar e sintetizar as concepções do movimento de mulheres negras estadunidenses, com um ímpeto interseccional, foi publicado como *A Black Feminist Statement*, do Coletivo Combahee River. Apesar do documento ter sido publicado em 1984, as mesmas se reuniam desde 1974, definindo e produzindo política, ao mesmo tempo, atuando em seu próprio grupo e em coalizão com outras organizações e movimentos progressistas.

Já anunciavam compreensões aprofundadas sobre quais característica as ações do movimento necessitavam assumir para superar efetivamente a realidade que enfrentavam,

caracterizando-a como ação revolucionária. Afirmaram então que se as mulheres negras fossem livres, todas as pessoas deveriam ser, pois, a liberdade das mesmas exigiria a destruição de todos os sistemas de opressão-exploração. Ainda revelaram que uma posição anti-racista e anti-sexista foi o que as uniu inicialmente, dando possibilidades para se fortalecerem politicamente e então, despertar para o heterossexismo e para a opressão econômica sob um sistema capitalista. Apontaram neste documento que a definição da política que construíam preocupava-se com a coalizão das mulheres negras, com as populações do terceiro mundo e trabalhadores.

Na crítica à dominação de gênero racializada, heterossexualizada e capitalista defendida pelas feministas latino-americanas em uma perspectiva da colonialidade, descolonizar o gênero significa uma práxis, enquanto faz-se a crítica aos sistemas de opressão-exploração busca-se a transformação social e das estruturas (Lugones, 2014).

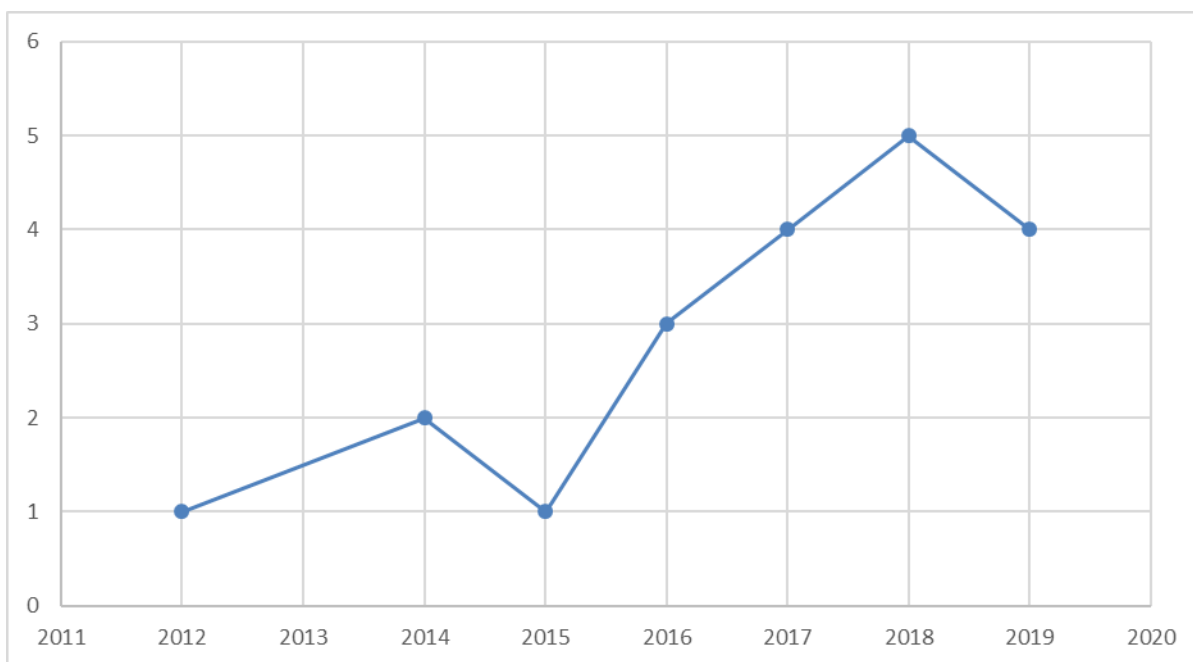
Sendo assim, a interseccionalidade relaciona duas dimensões, a investigação crítica e a práxis, o que significa aproximar dois lados da produção do conhecimento o de sujeitos como atores dos movimentos sociais, e aquele conhecimento que emerge de instituições voltadas a criar conhecimento científico, como a academia (Collins, 2017).

Ainda assim, é importante que se produza teoria acerca da interseccionalidade de raça/etnia, classe e gênero, no entanto, teorias comprometidas a historicizar seus antecedentes, a explorar as diversas perspectivas sobre a mesma, delineando as características ou eixos fundamentais para que não perca o potencial de agir como ferramenta orientadora de ações práticas, da mesma forma, identificando e criticando formas de abordá-la que a torne hegemônica, neutralizada, corroborando com uma realidade para qual este conceito foi criado justamente para questionar e provocar mudanças, não suprimindo, sobretudo, as protagonistas na produção deste conhecimento.

2. PSICOLOGIA E A RELAÇÃO COM A INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS

Com relação à produção de trabalhos durante os anos, na segunda etapa do levantamento, quando buscamos os artigos da Psicologia na relação com a interseccionalidade, percebemos que a Psicologia acompanhou o movimento de absorção do conceito de interseccionalidade, como as outras áreas, com crescimento elevado principalmente a partir de 2015, como pode ser visto do gráfico da Figura 5.

Figura 5. Gráfico de distribuição das produções ao longo dos anos na etapa de busca pela relação *Psicologia e interseccionalidade*.



A respeito da distribuição das produções da Psicologia na relação com a interseccionalidade, percebemos que a grande maioria dos artigos encontrados são da Psicologia Social, em segundo lugar da Psicologia no campo da saúde e da Psicologia política, como mostra o gráfico da Figura 6.

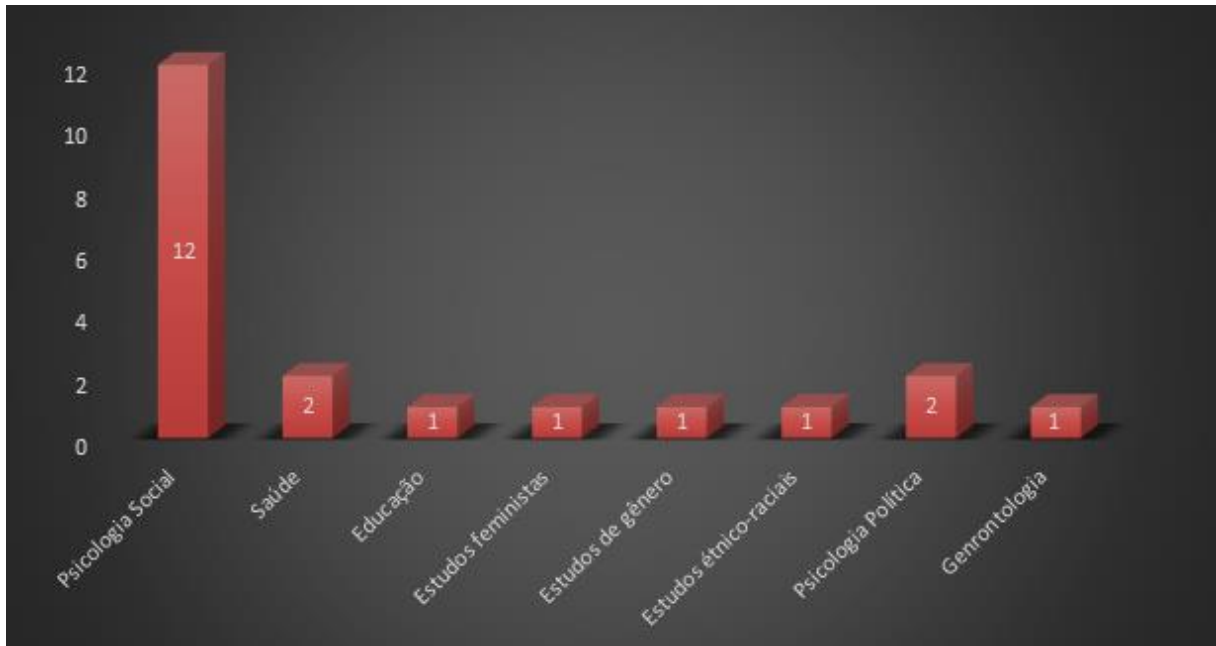


Figura 6. Produções por área encontradas na etapa de busca *Psicologia e interseccionalidade*.

Como ocorreu na etapa de busca geral, algumas vezes foi possível identificar mais de uma área de conhecimento ou área de intervenção, por exemplo, um dos artigos apresentava a inserção da Psicologia em uma comunidade tradicional, com uma perspectiva da saúde, utilizando como técnica a terapia comunitária, abordando as questões étnico-raciais. Para estes, a análise depreendeu maior atenção, sendo assim, para ampliar as informações, ao construir as Tabelas 2 a 7 já apresentadas, incluímos cada uma destas áreas/técnicas. No entanto, ao construir o gráfico anterior, consideramos a área que definiu majoritariamente o direcionamento das discussões feitas no artigo. Quando a ênfase foi equilibrada em duas áreas, consideramos as duas na construção do gráfico e incluímos o mesmo artigo em duas categorias.

Para tanto, quando necessário, foram lidas as referências, tendo em vista buscar os referenciais da *Psicologia* e/ou da *interseccionalidade*, ou buscamos o currículo lattes, também o ORCID dos autores, caso as informações procuradas não fossem identificadas,

como as áreas de produção, isto quando as informações contidas no resumo eram muito insuficientes, houve situações em que as complementações vieram a partir da identificação do programa de pós-graduação ou pela temática das revistas nas quais as publicações foram feitas.

Em uma quantidade muito significativa de artigos a definição da área da Psicologia estava pouco delimitada, ocorreram situações como todos as(os) autoras(es) serem Psicólogas(os), os programas de pós-graduação serem em Psicologia e o artigo conter uma menção à palavra psicologia, sendo possível identificar que se tratava de uma produção Psicologia Social pela descrição da formação dos autores ou pelas referências.

No geral, constatamos que a Psicologia deixa pouco explícito de que viés fala, o que percebemos como um problema, já que, apesar do objeto da mesma ser os sujeitos, seus comportamentos, funções mentais e como se dá o desenvolvimento psíquico dos seres humanos, seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos têm grandes diferenças dependendo das abordagens, perspectivas e áreas.

É importante explicitar este fato para romper com a faceta tradicional da neutralidade da Psicologia, neutralidade/objetividade esta que serviu para mascarar visões de ser humano e de mundo, conformados ou mantenedores do padrão que mais servia aos interesses dominantes (Amâncio, 1992; Rago, 1998; Parker, 2014; Nogueira, 2017).

Diferentes Psicologias nos conduzem a diferentes resultados, sendo assim, não é possível afirmar, que há uma Psicologia “geral” a qual pode ser aplicada em qualquer contexto. Ainda, como ciência que reflete os mecanismos da colonização dos saberes, sobretudo se tratando da Psicologia brasileira - consolidada em um país o qual passou por um processo de colonização material e simbólico - pode se embasar em fundamentos conflitantes com as reais necessidades desta população. Como afirmou Martín-Baró (1996) por meio da defesa da Psicologia da Libertação, ao citar Didier Deleule, a grande proliferação da

Psicologia a partir de concepções genéricas é consequência da função que cumpriu na sociedade contemporânea, transformando-se em uma ideologia de reconversão, a qual opta pela transformação restrita aos indivíduos enquanto mantém-se a ordem social.

Desta forma, mesmo que no melhor dos casos, estes estivessem apenas reproduzindo a ideologia individualista de forma ingênua, ao acreditar que mudanças individuais podem ocasionar mudanças estruturais, o indicador sobre a não efetividade destes esforços é de que o trabalho da psicologia continua a não refletir radicalmente sobre a origem dos problemas psicológicos da maior parte das pessoas, pertencentes à estrutura social (Guzzo, 2018).

Se consideramos que a ideologia é individualista e estamos falando de uma psicologia que pouco recupera processos históricos em suas análises, priorizando metodologias individualizantes, a questão é se estamos contribuindo para adaptar e alienar, ou seja, atuando como um alívio social, ou estamos efetivamente gerando possibilidades de conscientização.

Martín-Baró (1996) preocupou-se em lembrar que há muitos psicólogos atuando em causas populares e revolucionárias, contudo, a avaliação que pretendemos não se trata do fazer de cada psicólogo, mas quais consequências esta disciplina tem ocasionado no percurso histórico e em uma determinada sociedade.

A Psicanálise influenciou os conceitos do senso comum mundialmente. O questionável é que esta noção comum desconecta tais termos de uma teoria científica articulada, complexa, superficializando o debate em torno das mesmas, como questões edípicas que passaram a ser vistas como algo dado, da mesma forma a afirmação de que “Freud explica” uma diversidade de situações, assim, há sempre uma explicação dada, de modo que o fenômeno em si não nos surpreende, sendo assim, explicações imediatas acabam por configurar uma ideia de controle do mundo, uma maneira de nos deixar seguros sobre nossas visões a respeito deste (Florsheim & Berlinck, 2015).

O movimento de mulheres brancas, gestado no bojo do movimento abolicionista no séc XIX nos Estados Unidos, também teve dificuldade de estabelecer estas relações, o que segundo Davis (2016) ocasionou que aderissem ao reformismo social. O abolicionismo permitiu que despertassem para o caráter opressivo de seu papel no lar, contudo, perceberam de maneira fragmentada a condição em que viviam, o sistema escravagista e os ímpetus abolicionistas, que foi amplamente apoiado pelos republicanos por interesses econômicos. Nesse sentido, segundo a autora, a ênfase cada vez maior à inferioridade da mulher foi possível pelo impacto ideológico do capitalismo industrial, portanto, a transferência da produção manufatureira de casa para a fábrica forjou a ideologia da feminilidade e os modelos estereotipados de esposa e mãe, necessários à reprodução do capitalismo, o lugar da mulher passava a ser cada vez mais rigorosamente em casa.

Dessa forma, a relação entre os âmbitos econômicos e políticos são fundamentais. Hooks (2019) apresenta em seu livro “Eu não sou uma mulher?”, publicado originalmente em 1981, a compreensão de que as mulheres estadunidenses tiveram seu primeiro entendimento sobre racismo pelo contato com outras pessoas, pela mídia, ou por experiência pessoal, segundo a mesma, sentir esta dor ou ódio racial ou constatá-la pela vivência alheia não era suficiente para estabelecer os nexos do racismo como ferramenta política do imperialismo e do colonialismo, ou seja, compreender as origens, processos e a função que este exerce na história do mundo. Todavia, isto não configurava uma falta de capacidade de compreensão, mas do próprio falseamento da realidade operado pelo racismo, já que, os espaços educativos frequentados por pessoas negras não discutiram, por exemplo, que a escravidão foi um importante componente de crescimento do capitalismo.

Nas tentativas de transcender o pensamento hegemônico da psicologia, biologizante ou intrapsíquico, a realidade social ainda aparece como algo dado, a qual deve ser base para os indivíduos pensarem como respondem de modo subjetivo e individual e se essas formas de

lidar com o contexto são saudáveis ou não, ou como já apontamos, mesmo algumas propostas críticas, as quais se propuseram a transformar a realidade entraram em descenso político nas últimas décadas no Brasil.

Quando a relativização acontece com perspectivas dentro das correntes contra-hegemônicas da Psicologia, acreditamos que os questionamentos que devem ser feitos incluem ainda outras análises. Estratégias políticas presentes na Psicologia Social, sobretudo, como aponta a autora Baima (2019) em sua pesquisa de doutorado, dentro da Psicologia Comunitária, na qual expressões como cidadania, transformação social, participação social, ampliação da democracia constata um processo de inflexão política conservadora operada pela Psicologia Comunitária, reflexo da realidade política nos últimos 40 anos no Brasil, principalmente, após a redemocratização, onde, importantes organizações da classe trabalhadora tiveram um descenso da radicalidade política, frente à conformação do país em um modelo de acumulação capitalista neoliberal.

Haja vista, como alerta Baima (2019), o neoliberalismo como modelo de organização capitalista no Brasil refletiu sobre as concepções e práticas da psicologia, especialmente, sobre a Psicologia Social Comunitária, a qual nasce para justamente oferecer respostas à elitização da Psicologia e à função social do psicólogo, diante de contextos de pobreza e desigualdade social. Sobre estas consequências a autora defende que recuperar os debates sobre a função social, sobre a necessidade de transformação social depende de um trabalho detalhado no sentido histórico-filosófico sobre quais concepções de ação, de mudança e de emancipação estamos tratando quando citamos estes termos.

Uma breve avaliação de um dos episódios mais marcantes do contexto político brasileiro da atualidade materializa os avanços neoliberalistas e de suas principais características, como a intensa liberalização econômica com enfraquecimento do controle do Estado, as privatizações e a grande abertura para os interesses imperialistas no país. O

combate a corrupção, por exemplo, o qual abrigaria uma proposta de libertar o país de uma elite governamental que saqueia constantemente os cofres do Estado serviu para legitimar o exercício do poder, nesse sentido Souza (2019) cita o caso da Lava Jato como operação que serviu para validar as ilimitadas e ilegais ações das instituições do Direito sobre as riquezas nacionais, como um disfarce corroborado por atores da mídia e do próprio Estado a favor do capitalismo financeiro internacional e nacional, interessados em privatizar recursos nacionais. Em nome do combate à corrupção então, se justificou a entrega destes recursos, a privatização da Petrobrás e a entrega a baixo custo de empresas estatais e de riquezas naturais, a exemplo da privatização da Vale do Rio Doce. Ainda, de acordo com Souza (2019) este processo configurou em: “Uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam”.

Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento a este cenário sofrendo mudanças transformaram-se inclusive as chaves de leitura da mesma, dessa forma, não só a Psicologia como o campo da interseccionalidade, arrisco a dizer, das ciências humanas que se propuseram críticas, experimentaram rupturas na proposição de um novo modelo sistêmico e de sociedade. No Brasil, parte do movimento de mulheres também tem experiências que vão desde o combate ao Estado, como foi a participação na guerrilha, como de pleitear espaços institucionais dentro dos aparelhos do Estado para reivindicação de políticas, principalmente após o período de redemocratização, como exemplo, a experiência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Com consequências que passaram desde a divisão entre autonomistas e estadistas de um movimento amplo que tomava as ruas conjuntamente para pedir o fim do regime militar, até a conquista da maior parte das exigências feitas na Constituição de 1988 e no início da década seguinte a avaliação de que a maior parte das mulheres não acessavam os direitos conquistados (Pinto, 2010; Teles, 2017).

É possível identificar o mesmo desenvolvimento na Psicologia Social Comunitária, que passou da afirmação de que as políticas públicas ofertadas pelo Estado em um sistema capitalista, sempre serão convertidas à manutenção da ideologia de dominação para a de que é possível que o Estado garanta a superação total da condição de exploração a que pessoas e grupos estão submetidas. Esta ideia está aliada à uma concepção do Estado de bem-estar social, no qual há a criação de políticas públicas tendo em vista ofertar serviços que melhorem a qualidade de vida da população, contudo, o êxito destas políticas só se estende enquanto não impedir a reprodução do sistema capitalista. Desta forma, até as contribuições da Psicologia no sentido de compreender e intervir no desenvolvimento humano voltado para a ação coletiva passou a ter limites dentro da disputa pelos aparatos do Estado, mantendo o modelo de sociedade. Estas são formas distintas de se responder à questão social, que emerge da desigual participação nos frutos do trabalho, portanto, da riqueza social, como exemplo a contraditória permanência da pobreza em uma sociedade que usufrui de extrema tecnologia, fruto não do subdesenvolvimento econômico, ou de um erro administrativo, mas característica do tipo de desenvolvimento econômico, o qual necessariamente produz miséria porque preconiza o acúmulo, a concentração de bens. Como afirmou Baima (2019):

A defesa da cidadania, da ampliação de canais democráticos ou de direitos sociais até pode assumir um caráter progressista em certas conjunturas políticas. No entanto, por serem categorias do âmbito da emancipação política, não podem conduzir à eliminação da pobreza, da desigualdade social, etc. Ao deixar de assimilar os objetivos da prática comunitária em Psicologia com os anseios populares, suas lutas e movimentos, em nome da defesa de uma abstrata condição de cidadania ou mesmo dos legalmente estabelecidos preceitos das políticas públicas como a da assistência social, os debates no campo da Psicologia Comunitária parecem sofrer uma retração conservadora, um recuo político (p.71).

Ao mesmo tempo é difícil a criação de possibilidades emancipatórias, ou mesmo de conscientização quando os sujeitos vivem em condição de extrema miséria, ou violência extrema, portanto, o trabalho de desenvolvimento comunitário, organização de grupos, de conscientização, certamente passará por um período transitório em que necessidades básicas sejam supridas, enquanto constroem-se táticas de rompimento com o modo de vida no

capitalismo, no entanto, a problemática maior é abandonar a defesa de que este sistema necessariamente deve ser superado ou continuarão a funcionar os mecanismos da desigualdade e da exploração. Este é o horizonte que teoria e prática não podem abandonar, no entanto, o que percebemos é um desaparecimento desta argumentação ou a superficialização da mesma.

3. A PRESENÇA DA INTERSECCIONALIDADE RAÇA/ETNIA, CLASSE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS E NA PSICOLOGIA: TEMÁTICAS ABORDADAS E A UTILIZAÇÃO DO TERMO.

Das informações obtidas pelo levantamento foram analisados os títulos e suas respectivas temáticas (Tabela 8) e de que maneira ou quais categorias exatamente estão sendo interseccionadas, sendo assim, retiramos dos títulos os seguintes conteúdos centrais, os quais apontam para diferentes situações em que a interseccionalidade está servindo como chave analítica, como fundamento e/ou como metodologia, sendo estas: *violência doméstica; acolhimento institucional; legislações discriminatórias; comunidades tradicionais; relações étnico-raciais; perspectiva descolonial; perspectiva diaspórica; estruturas de poder; colonialidade; submissão; feminismo; deficiência; profissionais do sexo; racismo; direitos humanos; violência obstétrica; resistência; movimento de mulheres; justiça; políticas públicas; saúde; condição queer; contextos africanos; Sul global; masculinidade; educação pública; democracia; radicalização; diferenças; igualdade; crime; autoritarismo; criminologia crítica; encarceramento feminino; consubstancialidades; transexualidade; gênero; pós-colonial; ciganos; subalternidade; internet; periferia; homossexualidade; religião; tecnologia; quilombolas; juventude; uso de álcool; geração; sexualidade; emancipação; teoria Queer of Color; trabalhadoras domésticas; subjetividade;*

empoderamento; política; bioética; mulheres negras; feminicídio; DSTs; mestiços; família; políticas de aliança; gestação; metodologias críticas; militância; branquitude.

Tabela 8. Protocolo de análise: leitura completa de artigos com base no roteiro de leitura.

Autores/Ano	Título	Tema Central	Objetivo	Principais conceitos/referenciais teóricos	Contribuições da obra
Filho, T.L.L., Barbosa, V.N.M., Segundo, D.S.A., Moura Junior, J.F., Jannuzzi, P.M., & Lima, R.S. (2018)	Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil/Trabalho de campo	Medo do crime e autoritarismo	Apresentar em que medida os marcadores de raça/classe interferem no medo do crime e autoritarismo em contexto brasileiro	Interseccionalidade de gênero, idade, raça, classe, chances de sofrer crime, autoritarismo, avaliadas em um viés quantitativo com utilização de Escala F de Adorno. Resultados discutidos com base nos estudos decoloniais em interface com Hannah Arendt, Crochik, Mbembe, Spivak e Martín-Baró.	“Discute-se uma articulação da realidade política e social na produção de subjetividades. Isto se mostra relevante ao passo que contribui com apontamentos históricos da construção dos fenômenos de medo do crime e autoritarismo” (p. 234). Faz uma análise da segurança pública analisando interseccionalmente raça e classe, focado em aspectos psicológicos como medo do crime e do autoritarismo.
Germano, I.M.P., Monteiro, R.A.F.G., & Liberato, M.T.C.(2018)	Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalid ade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino	Aumento extremo do encarceramen to feminino	Discutir a criminalização de mulheres realçada por fatores interseccionais de gênero, raça-etnia, pobreza e outras fontes de subordinação.	Criminologia crítica feminista, pensamento interseccional e literatura crítica nacional e internacional sobre a criminalização e o encarceramento em massa de mulheres jovens, negras e pobres.	“O entendimento que as mulheres presas são em sua maioria mães e que são as principais responsáveis pela criação dos filhos nos esclarece que não só as mulheres presas são atingidas pelo encarceramento em massa, mas também seus filhos.” (p.39) Em especial, faz-se necessário um debate profundo com toda a sociedade sobre as políticas de segurança pública vigentes e seu foco na guerra às drogas, desvelando seus fracassos e

					incitando à criação de novas concepções e alternativas para lidar com o problema. O norte é a mudança nas leis que regem o combate ao crime de tráfico de drogas, de modo a reduzir a discriminação racial-étnica e de classe vigente no atual exercício da Lei de Drogas.(p.39) Entendemos que a Psicologia deve ter uma posição ética e política voltada para a defesa dos direitos humanos e para a construção de possibilidades de saúde (aqui entendida de modo mais amplo, não como ausência de doença)(p.39)
Leite Junior, F.F. & Pocahy, F.A. (2015)	Sim, elas envelhecem: problematizando a interseccionalidade de entre gênero, sexualidade e idade	Travestilidades e envelhecimento	Refletir sobre a relação entre gênero e idade a partir da experiência política e cultural das travestilidades, com base nas narrativas de vida de três travestis em contexto urbano.	Abordagem de conceitos foucaultianos, como <i>saber, poder, disciplina, bio poder, controle e resistência. Historicização da heteronormatividade e desnaturalização do corpo e da velhice</i>	“A intensidade de suas narrativas nos permite desviar o olhar e perceber a velhice como um lugar não apenas de tutela ou como um problema social, mas algo para pensarmos o que estamos tentando fazer de nós mesmas/mesmos diante dos códigos morais que encorpam os regimes discursivos em torno do humano viável e possível de nosso tempo e lugar no(s) (per)curso(s) da (re)invenção da vida”(p.272)
Silveira, R.S. &	Interseccionali-	Violência de	Discutir a	Análise do poder de Foucault	“Chamou-nos a atenção que nos

Nardi, H.R. (2014)	dade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha	gênero	emergência da interseccionalidade gênero, raça e etnia nos discursos jurídicos sobre as mulheres que acessam a justiça	articulada à interseccionalidade gênero, raça e etnia.	boletins de ocorrência e nos atendimentos realizados às mulheres na Delegacia e no Juizado o percentual de mulheres negras é muito superior à distribuição da raça negra na cidade de Porto Alegre. Destacamos, por exemplo, o percentual de mulheres que foram atendidas nesta pesquisa, em que 42% delas se autodeclararam negras, sendo que a população autodeclarada negra em Porto Alegre é de 20,24%. Ou seja, encontramos mais que o dobro da representação dessas mulheres, num fenômeno que é considerado pela literatura e pelos juízes/as entrevistados/as como universal, sem diferenciação racial.”(p.22) “Num país constituído pela escravidão e pelo racismo, é fundamental transcendermos a transparência da branquitude da maior parte dos/as profissionais do direito e da psicologia, com o conseqüente reconhecimento de que as mulheres negras vivenciam diferentes formas de acessar seus direitos” (p.23)
Dornelles, P.G. & Pocahy, F.A.	Prendam suas bezerras que o	Heteronormatividade	Compreender como o corpo	Heteronormatividade em Judith Butler. Masculinidades,	“Consideramos que o investimento na constituição histórica e

(2014)	meu garrote está solto!" Interseccionand o gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais		se dispõe como são construídos discursos sobre o corpo, pautando-se em sua materialidade, a partir da regulação heteronormativa.	feminilidades, interseccionalidade.	relacional dos jogos de verdade na época atual pode evidenciar as formações discursivas amalgamadas e condicionantes da eficácia da heteronorma. Desse modo, esse tipo de análise micropolítica da Educação Física escolar, em linhas foucaultianas, pode repercutir na viabilidade de questionamentos sobre os seus efeitos tanto no plano do que seja possível conhecer quanto com relação à conformação dos corpos. Abre-se, assim, um caminho para descrever “[...] o nexos saber/poder de maneira que possamos compreender o que converte um sistema em aceitável” (BUTLER, 2004, p. 27, tradução nossa) na educação escolar e na vida cotidiana da contemporaneidade.” (p.131)
Xavier, E.C. & Rocha, K.B. (2017)	Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme	Adoecimento de mulheres negras	“Compreender como a subjetividade destas é construída e confrontada a partir dos sentidos subjetivos associados aos	Psicologia Social e interseccionalidade gênero, raça e classe social	“Para as mulheres negras ser portadora da df é um processo constante de se sobrepujar à enfermidade, se organizando para transformar o sentido da doença e não inundar suas subjetividades. Nesse aspecto, constroem movimentos subjetivos que subestimam a intensidade da doença e o impacto desta em suas

			marcadores de gênero, raça e classe social.”(p.267)		vidas e no grupo ao qual pertencem.”(p.280) O entendimento das configurações subjetivas das mulheres negras com df somente foi possível desde a perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça, etnia e classe, discernidas, conforme Saffioti (2004), pela multiplicidade do sujeito e reconhecimento da diferença, onde a singularidade do sujeito é determinada pela instância do particular.(p.280)
Mountian, I. (2017)	Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade	Metodologias críticas	Discutir metodologias críticas em pesquisa para captar experiências de grupos excluídos, mal representados ou sub-representados.	Psicologia Política, situacionalidade, reflexividade, interseccionalidade e violência epistemológica a partir dos estudos feministas, pós coloniais e decoloniais	“Esses discursos colocam o sujeito numa posição específica: a preocupação está na posição do “Outro” no discurso, na análise dos processos que posicionam o sujeito como “Outro”. Para isso, é fundamental compreender que a minorização de “Outros” (Chantler, 2007) específicos acontece através de encontros. E, crucialmente, estes encontros não são simétricos, como Ahmed (2000, p.11) aponta: “encontros coloniais envolvem necessariamente um diálogo desigual e assimétrico entre culturas distantes que transformam cada uma” 7 . Estas perspectivas são fundamentais para a desconstrução dessas categorias sociais em

					<p>intersecção, como visto também no trabalho de feministas anti-racistas e anti-coloniais (McClintock, 1995; Yuval-Davis, 1997; Burman, 2008; Chantler, 2007).”p.461.</p> <p>“Pois, não levar em consideração essas relações, promove um risco de reproduzir ideias pré-concebidas socialmente que mantêm esses grupos específicos em posições sociais desiguais, não sendo adequadamente representados e contextualizados no processo de pesquisa. Análises críticas dos estudos da psicologia revelam esta (re)produção e manutenção, o que reflete no próprio entendimento do que é normal e do que é patológico.”(p. 457).</p>
--	--	--	--	--	---

Os debates que estão sendo feitos utilizando-se de categorias interseccionais são extremamente diversos, alguns podem até ser aglutinados em um núcleo comum de conteúdo, no entanto, outros são de esferas distantes, o que apresenta problemáticas como, alguns debates sobre a interseccionalidade estão servindo para suprir em uma palavra as lacunas apresentadas durante anos pelos teóricos dos estudos étnico-raciais, feministas, de gênero e as narrativas críticas em torno da luta de classes ou do materialismo-histórico-dialético, sobre a falta de análises históricas, políticas, de gênero, classe e raça nas narrativas científicas, assim como da pretensa neutralidade das mesmas.

Por outro lado, é um indicativo de que, mesmo sem os delineamentos necessários, os pesquisadores compreendem a urgência de se tratar de forma integrada raça, classe e gênero, criando mesmo que remota, a possibilidade de ultrapassar a perspectiva dos recortes, já que como definiu Espinosa-Miñoso (2014), o poder não se mantém paralelamente ou de forma homogênea dentro destas categorias, portanto, os atravessamentos existem entre cada uma delas, ao mesmo tempo uma depende da outra para perdurar, assim como dentro destas é possível identificar categorias opostas de uma mesma unidade, representadas pelas relações de poder internas a cada uma delas.

Sobre a não banalização do uso da interseccionalidade, Kerner (2009) descreve como esta tarefa é complexa e ressalta a validade do termo, sobretudo, faz um amplo estudo utilizando-se dele, mas alerta que nem tudo é interseccional, oferecendo um panorama neste sentido. Apesar de incluir na análise apenas as intersecções entre racismo e sexismo, serve como orientação para as necessárias incursões em cada uma destas categorias antes de interseccioná-las, segundo a autora, para pensar em intersecções precisamos saber o que exatamente dentro de cada uma está se cruzando ou pode se cruzar, ao mesmo tempo, o que não se cruza, portanto, quais são as diferenças que não entram no cruzamento. É fundamental

nos questionarmos quais são os elementos de raça, classe e gênero que se assemelham, mas quais se diferem.

Além de contextos aos quais o conceito está sendo aplicado é possível identificar perspectivas teóricas diferentes na abordagem do mesmo tais como a perspectiva descolonial, perspectiva diaspórica, teoria Queer, perspectiva do Sul global, teoria Queer of Color, a perspectiva das mulheres negras norte-americanas, perspectiva pós-colonial, as quais apesar de possuírem semelhanças também possuem diferenças, têm princípios explicativos diferentes, contextualizações geográficas diferentes, assim como, fundamentos epistemológicos diferentes. Desta forma, não basta dizer sobre interseccionalidade sem resgatar os caminhos que a constituem, porque estes são importantes para compreender os horizontes de alcance em cada uma delas.

Sobre a forma de anunciar a interseccionalidade nos artigos levantados na etapa de busca geral pelo termo, identificamos três principais problemáticas. A primeira é relativa a como definem interseccionalidade, alguns artigos definem como um conceito, outros como perspectiva, outros como abordagem, por exemplo: “Por fim, introduz a perspectiva interseccional como alternativa investigativa” (Yamanaka, 2019, p.825); “Ao questionar esses mecanismos de legitimação, o termo interseccionalidade se tornou um conceito recorrente...” (Auad & Corsino, 2018, p.3); e “Adicionalmente, tratando de abordagens interseccionais de gênero e outros marcadores sociais (classe, raça/cor, sexualidade, geração)...”(Couto & Dantas, 2016, p. 859).

A segunda problemática, também exemplificada em um dos trechos, é que há produções que tratam da interseccionalidade como uma ferramenta de investigação, metodologia de pesquisa, como expresso em Mountian (2017):

O objetivo deste artigo é discutir metodologias críticas para pesquisa tomando como eixo de análise contribuições de estudos feministas e pós-coloniais e decoloniais sobre a ciência em relação à violência epistemológica. Esta perspectiva faz com que

o entendimento da inclusão e o reconhecimento de relações de poder em pesquisa sejam vistos como fundamentais tanto para epistemologia quanto para metodologias e métodos de pesquisa. Estudos feministas desenvolveram aspectos-chave sobre as reflexões das relações de poder em pesquisa. Neste artigo, focarei nas noções de situacionalidade, interseccionalidade e reflexividade. (p.454)

Novamente, a preocupação é a utilização do conceito para um leque de propósitos sem as devidas adequações, ou sem as devidas delimitações. Originalmente este foi proposto como um conceito por uma série de pesquisadoras e suas delimitações teóricas e práticas exploradas e detalhadas, dessa forma, arrisco a dizer que para chegar ao patamar de uma perspectiva é necessário ampliar os debates filosóficos, sobretudo, ontológicos acerca dele, as narrativas interseccionais estão mais no âmbito conceitual e prático.

No entanto, sobre as metodologias críticas ou sobre a interseccionalidade de raça, classe e gênero como uma ferramenta de investigação, alguns autores já se debruçam sobre esta questão e têm feito importantes contribuições. O foco das mesmas é aprimorar uma ferramenta de pesquisa que possa captar as relações sociais complexas e múltiplas, neste entendimento sim são mencionadas as abordagens interseccionais. São elas a abordagem anticategorial, a intracategorial e a intercategorial. A intracategorial diz respeito aos estudos das feministas negras, as quais inauguraram o estudo da interseccionalidade, pautando primeiramente as diversidades intragrupo, com as análises de *standpoint*, reconhecendo os limites que as categorias têm na captação de experiências sociais, mas assumindo a relevância das mesmas para afirmação de um panorama comum de fenômenos definidos por elas.

A abordagem anticategorial propõe a total desconstrução das categorias, nasce das críticas pós-modernas e pós-estruturalistas, segundo as quais se estas são construídas socialmente, desconstruí-las faz parte do dismantelamento da própria desigualdade. No entendimento anticategorial as pesquisas que se baseiam em categorias acabam por criar fronteiras que excluem possibilidades identitárias fluídas (Nogueira, 2017). Contudo, a proposta anticategorial configura uma perspectiva idealista de conhecimento, contrária ao posicionamento assumido neste trabalho. Já a abordagem intercategorial, considera um certo

nível de estabilidade e durabilidade das relações entre as categorias, partindo da materialidade das desigualdades sociais as quais podem ser observadas na história e a manutenção delas na sociedade contemporânea, todavia, se preocupa com a dinamicidade das relações entre os grupos sociais e como elas se transformam com o tempo, a recusa da essencialização precisa ao menos de um parâmetro, inclusive para fins analíticos. Considerar as relações de gênero, as relações étnico-raciais, as relações entre classes e interseccioná-las é a mais complexa das tarefas, por isso é importante trazer as dimensões da realidade material, ou seja, um cenário, um contexto e a história, fugindo de dualismos reducionistas.

A terceira problemática é sobre a quantidade de categorias interseccionadas, como no artigo “Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia” (Costa & Feltrin, 2016), o qual além de incluir as categorias citadas no título no texto menciona a diversidade de sexualidade, religião, etnicidade, raça e necessidades especiais, há apenas uma menção a raça, sem definição de qual concepção de raça o texto carrega e como muitos outros artigos não inclui classe dentro da interseccionalidade. Há outros exemplos de inclusão de diversas categorias como “Sim, elas envelhecem: problematizando a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade” (Leite Jr & Pocahy, 2013), além dos trechos “Este artigo analisa aspectos da produção discursiva da heteronormatividade a partir da intersecção regional” (Dornelles & Pocahy, 2014, p.117), presente em um dos artigos que intersecciona corpo, gênero, sexualidade e regionalidade, e “A perspectiva adotada traz à tona elementos interseccionais de análise tais como gênero, cor/raça, nacionalidade, classe/camada social, grupo etário/geracional, pensados de maneira articulada e contextual” (Lopes, 2011, p.114).

Esta forma de tratar a interseccionalidade a torna cada vez mais diluída, fluída e fragmentada, pois é muito difícil estabelecer os pontos de interconexão entre cada uma destas categorias, este fato foi apontado por Collins (2017) como característico do deslocamento da mesma do campo dos movimentos sociais para a academia, a autora descreveu:

Essa fase provisória dos estudos de raça/classe/gênero, se tornou suplementar ao longo do tempo à sexualidade, idade, habilidade, etnia e religião. Ainda dessa forma flexível, com uma lista cada vez maior de divisões sociais, foram criadas categorias deste campo interdisciplinar crescente, dentro das dificuldades acadêmicas. (p.10).

As dificuldades de agregar muitas categorias são discutidas por outras disciplinas as quais têm abordado a interseccionalidade. Especialmente na Psicologia, este desafio talvez seja maior, levando em consideração que as intervenções e conceituações focam o desenvolvimento psíquico, seja na perspectiva da identidade, da personalidade, das vivências subjetivas, portanto, das relações entre sociedade e experiência dos sujeitos, incorporar tantas dimensões sociais pode gerar um regresso à homogeneização, transformando diversidade em indivíduos únicos e pré-determinados.

No geral, apareceram trabalhos em que a interseccionalidade foi citada apenas no resumo e em mais nenhum momento ou como em outro caso em que foi citada no título e como palavra-chave, mas no decorrer da escrita apenas uma menção a interseccionismo foi feita.

Das temáticas levantadas especificamente da busca feita pela relação *Psicologia e interseccionalidade* retiramos dos títulos os assuntos centrais de cada artigo, são eles: *comunidades tradicionais, submissão, deficiência, crime, autoritarismo, criminologia crítica, encarceramento feminino, subjetividade, doença falciforme, internet, uso de álcool, juventude, quilombolas, gênero, sexualidade, geração, violência doméstica, relações étnico-raciais, políticas de aliança, racismo, violência obstétrica.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ultrapassar os limites da Psicologia hegemônica é de grande dificuldade por diversos motivos, primeiro porque é preciso estudar a própria hegemonia da Psicologia e compreender seus componentes básicos, segundo porque a partir desta compreensão é preciso identificar as lacunas, depois é preciso ir em busca do modelo de ciência psicológica, diferente daquele que propomos criticar. No entanto, este modelo, sobretudo o modelo da Psicologia Crítica, da Psicologia Social inclui discussões sobre a história, sociedade, a política, o que outras ciências humanas também fazem, mas nós Psicólogas(os) ainda precisamos compreender como tudo isto se relaciona com os indivíduos, sendo assim, ainda é preciso compreender os mecanismos da ação, do comportamento, da consciência, dos afetos, da linguagem, entre outros, mediadores da relação destes sujeitos com o mundo. É tarefa dupla, talvez mais que dupla, com certeza um desafio.

Quando a proposta de estudar Psicologia e interseccionalidade foi feita a ideia era defender uma ferramenta que pudesse romper com a tradição androcêntrica, eurocêntrica e elitizada da Psicologia, a qual serviu a interesses de classes dominantes desde a sua concepção. Uma ciência colonizada, precisa anunciar seus posicionamentos referentes à raça, à classe e gênero, criticá-los, pauta-los em seus postulados teóricos e práticos, romper com os mesmos e oferecer outros modelos, só assim é possível a descolonização, todavia, percorrer este caminho vai além de uma dissertação de mestrado. Ao mesmo tempo, surgiu da percepção prática de que um sistema de desumanização depende de uma associação de fatores, ao mesmo tempo, é perceptível na vivência dos sujeitos, especialmente da população pobre e periférica, os impactos psicológicos da inter-relação raça/etnia, classe e gênero. Estas chaves de análise já estão sendo utilizadas por psicólogas e psicólogos em seus campos de atuação, para dimensionar o sofrimento e/ou processos de resistência e reação às opressões.

Pensamos então, em fazer um estudo teórico para que não incorrer na utilização mecânica ou rotulada destas categorias, ainda, no intuito de buscar modelos de sua utilização os quais apontassem para uma superação efetiva destas problemáticas.

Encontramos alguns limites nesse sentido, um deles foi uma das maiores constatações deste trabalho, o conceito de interseccionalidade é talvez um dos conceitos que tem alcançado a maior popularidade nos estudos acadêmicos, principalmente nos últimos quatro anos. O número de produções encontradas apenas nas três bases de dados utilizadas para o levantamento foi alto, contando com as exclusões. Diante de tantos artigos, da dificuldade de perceber seus referenciais teóricos, metodológicos, da dificuldade de perceber de que posicionamento interseccional se fala, ou de qual Psicologia se fala - constatando uma generalização das mesmas – foi preciso, muitas vezes, ultrapassar a leitura dos resumos. Em seguida, o desafio foi pensar pontos de discussão em comum entre tantas temáticas, fundamentos, práticas, formas de tratar a interseccionalidade e a Psicologia. Ainda, o número de artigos que nos propusemos a ler completos também ultrapassou as expectativas iniciais.

Os detalhamentos sobre como este conceito está sendo utilizado poderiam ser muito maiores e mais fidedignos caso fossem lidas cada uma das produções na íntegra, apesar das ressalvas feitas, certamente as contribuições para este estudo poderiam ser retiradas de muitas delas. No entanto, alguns problemas dessa reverberação extrema foram identificados. O primeiro deles não é um problema apenas da interseccionalidade, mas da Psicologia, da produção de conhecimento científico em geral, reflexo da realidade material das políticas neoliberalistas e seus mecanismos despolitizadores e individualistas. Questão que pode ser exemplificada pelo abandono recorrente da categoria de classes sociais, do horizonte de superação do capitalismo como modelo econômico e de sociedade, as produções mencionam emancipação, justiça social, políticas públicas, mas construir de fato um novo projeto de mundo nos parece que deixou de ser o foco.

As origens da interseccionalidade de raça/etnia e gênero falavam de alianças políticas entre movimentos, de ações revolucionárias, já grande parte das produções acadêmicas constroem uma narrativa estagnada em projetos de “humanização do capital” e não do combate ao mesmo. Percebemos que as concepções da Psicologia Social também sofreram um giro-político-ideológico, talvez pela intensificação da exploração capitalista e a descrença ou dificuldade de conceber possibilidades reais de mudança, o que preocupa porque os conceitos da Psicologia e interseccionalidade que poderiam somar na intervenção com indivíduos e comunidades para a libertação, estão sendo citados compulsoriamente para sanar os anseios por mudança, contudo, sem efeitos práticos e destabilizadores do poder.

Nesta relação entre Psicologia e interseccionalidade é perceptível o fenômeno de despolitização tanto nas categorias da Psicologia quanto das que tratam da interseccionalidade. Sobre a Psicologia e sua relação com a interseccionalidade outra questão foi o branqueamento dos estudos - na busca geral pelo termo interseccionalidade também - por meio da defesa de que este pode ser utilizado para interseccionar quaisquer que sejam as categorias, invisibilizando a trajetória histórica das mulheres negras, dos movimentos de descolonização, na proposição do mesmo. Especificamente sobre a Psicologia, ainda há poucos trabalhos discutindo branquitude, apesar da maioria da categoria ser composta por mulheres brancas, sem esta autocrítica, a Psicologia continuará a manter posturas racistas mesmo acreditando na importância do combate ao racismo, pois não sabe ao certo de que forma contribuir com a desideologização do próprio pensamento.

A ciência psicológica, de acordo com nossos estudos, é uma das que mais incorporou a interseccionalidade de raça/etnia, classe e gênero, ainda com a mesma dificuldade que tivemos neste estudo, de contribuir com o que é próprio dos arcabouços da Psicologia e o que é da sociologia ou de outras ciências humanas e sociais. Segue o desafio de pensar, como

mediar e construir com os sujeitos processos de conscientização, ação, afetivos que os orientem à libertação e à mudança individual e coletiva.

As produções da Psicologia na relação com a interseccionalidade têm servido ainda, para visibilizar temáticas marginalizadas, que na verdade, tratam de sujeitos marginalizados, pautando discussões delicadas e ocultadas por grande parte da academia, nesse sentido, concluímos que sim, a interseccionalidade contribui para a descolonização da Psicologia, na medida em que aborda questões como *comunidades tradicionais, submissão, deficiência, crime, autoritarismo, criminologia crítica, encarceramento feminino, subjetividade, doença falciforme, internet, uso de álcool, juventude, quilombolas, gênero, sexualidade, geração, violência doméstica, relações étnico-raciais, políticas de aliança, racismo, violência obstétrica*, há ainda que se acertar o passo de em que lugar queremos chegar construindo a ciência e a prática psicológica nestes lugares e se nossas proposições nos levam realmente a este lugar.

Não existe descolonização sem a descolonização epistemológica, mas é fundamental o campo da ação prática, tampouco existe essa possibilidade sem raça/etnia, sem classe e sem gênero, não de forma fragmentada, mas como reconhecimento de que a maioria da população brasileira e da América-Latina, têm suas experiências marcadas pela intersecção destas categorias. Todavia, é dentro da radicalidade de cada uma destas categorias e de suas alianças que está contida a descolonização, em uma ação não neutra que converta cada uma destas categorias em anticapitalismo, antirracismo e feminismo e suas imbricações.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, L. (1992). Assimetrias nas representações de género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Justificando.
- Auad, D., & Corsino, L. (2018). Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), e42585.
- Baima, L. S. (2019). *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária. (Tese de Doutorado)*. PUC-Campinas, Campinas, SP.
- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163.
- Burman, E. (2004). Taking women's voices: The psychological politics of feminisation. *Psychology of Women Section Review*, 6(1), 3-21.
- Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1), 6-17.
- Combahee River Collective. (2008). The Combahee River Collective statement [1978]. In: Smith, B. *Home girls: a black feminist anthology*. (pp. 264-274). New Jersey, Rutgers University Press.
- Costa, M. C., & Feltrin, R. B. (2016). Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, 47, e164718.
- Couto, M. T., & Dantas, S. M. V. (2016). Gênero, masculinidades e saúde em revista: a produção da área na revista Saúde e Sociedade. *Saúde e Sociedade*, 25(4), 857-868
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. (pp. 139-167). University of Chicago Legal Forum.
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*, 7-16.

- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.
- Dornelles, P. G., & Pocahy, F. A. (2014). "Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. *Educar em Revista, (spe-1)*, 117-133.
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 55-70). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- Espinosa-Miñoso, Y. (2014). Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El cotidiano, 184*, 7-12.
- Florsheim, D. B., & Berlinck, M. T. (2015). Freud explica? A psicanálise entre o senso comum, a ideologia e a ciência. *Tempo Psicanalítico, 47(2)*, 115-126.
- Fraccaro, G. C. C. (2018). Uma história social do feminismo—Diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Revista Estudos Históricos, 31(63)*, 7-26.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje, 2(1)*, 223-244.
- Galvão, T.F., & Pereira, M.G. (2014). Revisões sistemáticas de literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 23(1)*, 183-184.
- Glissant, E. (1997) *Poetics of Relation*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Guzzo, R. S. L. (2018) Descolonizando la psicología: procesos de participación en escuelas y comunidades. *Teoría y Crítica de la Psicología, 11*, 105-130.
- Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr., F. (2009). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea.
- Hooks, H. (2019). *Eu não sou uma mulher?* Rio de Janeiro: Editora Record.

- Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, F., & Oliveira, D. M. (2016). A formação da psicologia social como campo científico no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 526-536.
- Kerner, I. (2009). *Differenzen und macht. zur anatomie von rassismus und Sexismus*. Frankfurt: Campus.
- Lima, T. C. S. & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*, 10, 37-45.
- Lopes, M. (2011). A construção social da "branquidade" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 8, 113-130.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior? In: Hare-Mustin, R. T., & Marecek, J. *Making a difference: Psychology and the construction of gender* (pp. 65–101). New Haven, CT: Yale University Press.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, 22(3), 935-952.
- Maldonado-Torres, N. (2007, maio). Del mito de la democracia racial a la descolonización del poder, del ser, y delconocer. *Anais da Conferência Internacional "Reparação e descolonização do conhecimento"*. Salvador, BA. Recuperado de: <https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachments/DelMito.pdf>
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, 9, 61-72.
- Mancini, M.C., & Sampaio, R.F. (2006). Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 10(4).
- Martin-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800.
- Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. (pp. 33-49). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Mountian, I. (2017). Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. *Revista Psicologia Política, 17*(40), 454-469.
- Muniz, D. D. C. G. (2015). Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OP SIS, 15*(2), 316-329.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres, 11*, 122-138.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires.
- Nogueira, S. G. (2013). *Psicologia crítica africana e descolonização da vida na prática da capoeira Angola*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Alínea.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política, 18*(36). Curitiba-SC.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2005). Apresentação da edição em português. In: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 9-15). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 227-278). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- Rago, M. (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

- Ros, S. Z., & Abella, S. I. S. (2008). Psicologia e relações de gênero: Constituição do sujeito e relações de gênero em um contexto de ensinar e aprender. In: Ploner, K. S., Michels, L. R. F., Guareschi, P. A., Schlindwein, L. M. *Ética e paradigmas na psicologia social*. (pp. 287-298). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Saffioti, H. I. B. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas sociais*, 2, 59-79.
- Saffioti, H. I. B. (2011). *Gênero, patriarcado e violência*. 2a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Schraube, E., & Hojholt, C. (2016). *Psychology and the conduct of everyday life*. New York: Routledge.
- Schucman, L.V. (2012). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94.
- Segato, R. L. (2007). *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo.
- Segato, R. L. (2011). “Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho”. In: Fregoso, R. L., Bejarano, C. *Feminicídio en América Latina. Diversidad Feminista*. Cidade do México: CEIICH/UNAM.
- Segato, R. L. (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371.
- Silveira, R. D. S., Nardi, H. C., & Spindler, G. (2014) Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323-334.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Teles, M. A. A. (2017). *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. 2.ed. São Paulo: Alameda.

- Vigotski, L.S. (2010). Quarta aula: a questão do meio em pedologia. *PSICOLOGIA USP*, 21(4), 681-701.
- Xavier, E. C., & Rocha, K. B. (2017). Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 267-282.
- Waiselfisz, J.J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO.
- Yamanaka, J. H. C. (2019). Do “corpo falado” à “fala corporificada”: a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 19(4), 825-848.